

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:
ASPECTOS E PERSPECTIVAS SOB O PRISMA DO DIREITO AMBIENTAL**

DAIANDRA MENDES FERNANDES

FLORIANÓPOLIS

2013

DAIANDRA MENDES FERNANDES

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:
ASPECTOS E PERSPECTIVAS SOB O PRISMA DO DIREITO AMBIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do grau de bacharel em Direito.

Orientador: Dr. Rafael Peteffi da Silva

FLORIANÓPOLIS

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE APROVAÇÃO

A presente monografia intitulada "**Responsabilidade civil das Instituições Financeiras: aspectos e perspectivas sob o prisma do Direito Ambiental**", elaborada pelo(a) acadêmico(a) **Daiandra Mendes Fernandes**, defendida em **04/12/2013** e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10 (dez), sendo julgada adequada para o cumprimento do requisito legal previsto no artigo 9. da Portaria n. 1886/94/MEC, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução n. 003/95/CEPE.

Florianópolis, 4 de Dezembro de 2013



Rafael Peteffi da Silva

Professor(a) Orientador(a)



Marcelo Buzaglo Dantas

Membro de Banca



Carolina Medeiros Bahia

Membro de Banca

A aprovação da presente monografia não significará o endosso do professor orientador, da banca examinadora e da Universidade Federal de Santa Catarina à ideologia que fundamenta ou que nela é exposta.

À minha família e àqueles que fazem eu me sentir em casa.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Catarina, por ter despertado em mim interesse ainda maior pelas ciências jurídicas.

Ao meu orientador, o ilustre Professor Doutor Rafael Peteffi da Silva, que com seu imenso talento jurídico me auxiliou desde o início desta gratificante empreitada.

Ao insigne Professor Doutor Marcelo Buzaglo Dantas, a quem devo profunda admiração e respeito.

No mais, agradeço aos amigos e colegas do escritório Buzaglo Dantas Advogados, pelo convívio e troca diária de experiências.

Muito obrigada.

“Verifica-se, muitas vezes, que, mesmo na absoluta ausência de nexos causal sob a ótica de qualquer das teorias doutrinariamente reconhecidas, as cortes acabam condenando o responsável de modo a não deixar a vítima sem reparação. Interferem aí fatores os mais variados, de cunho mais político, moral e ideológico do que técnico [ou social, econômico e mesmo – por incrível que possa parecer – de proteção do meio ambiente no caso do Direito Ambiental], e que tornam verdadeiramente imprevisível o resultado de certas demandas” (SCHREIBER, 2011, p. 67).

RESUMO

A presente monografia tem por objeto o estudo da responsabilidade civil das instituições financeiras diante de danos ambientais causados por empreendimentos por elas financiados. A pesquisa foi elaborada a partir da análise da doutrina e legislação pertinente à matéria. Além disso, em razão da especificidade do tema e de seus reflexos práticos, examinou-se também o surgimento de iniciativas das instituições financeiras nacionais e internacionais a fim atenderem ao espírito do comando constitucional de preservação do meio ambiente. Como resultado da pesquisa pôde-se concluir que as instituições financeiras, enquanto possíveis poluidores indiretos, têm importante e inafastável responsabilidade no que tange à preservação do meio ambiente saudável e equilibrado, tanto para as presentes quanto para as futuras gerações. Para concretizar esta obrigação, a responsabilidade civil ambiental deve utilizar-se de um raciocínio que garanta que as instituições financeiras tenham como finalidade principal na concessão de um financiamento a adoção de medidas preventivas, diminuindo consideravelmente a ocorrência de riscos e danos ao meio ambiente. A responsabilidade civil ambiental pela teoria do risco criado é, assim, um desses instrumentos, vez que admite excludentes de responsabilidade. Outrossim, a adoção de medidas preventivas evita que se configure o nexo causal, estimulando sobremaneira sua adoção, sob pena de o agente financiador enquadrar-se na categoria de poluidor indireto e responder solidariamente pelo danos causados ao meio ambiente pelos empreendimentos por ele financiados.

Palavras-chave: Responsabilidade civil ambiental das instituições financeiras. Poluidor indireto. Teoria do risco criado. Agente financiador. Financiamento e danos ao meio ambiente.

ABSTRACT

The object of this essay is the study of civil liability of financial institutions on the environmental damage caused by projects financed by them. The survey was drawn from the analysis of doctrine and legislation concerning this matter. Moreover, because of the specificity of the subject and its practical consequences, was also examined the emergence of national and international financial institutions' initiatives to meet the spirit of the constitutional command of preserving the environment. As a result of the study it was concluded that the financial institutions, as possible indirect polluters, have important and unremovable responsibility regarding the preservation of the healthy and balanced environment, both for present and for future generations. To fulfill this obligation, environmental liability should be used as an argument to ensure that financial institutions have as their main purpose the provision of financing the adoption of preventive measures, significantly reducing the occurrence of risks and damage to the environment. The environmental liability by the risk created theory is one of these instruments, as it acknowledges means that exclude responsibility. Furthermore, the adoption of preventive measures avoids the configuration of the bond between action and damage, greatly stimulating its adoption, otherwise the funder is inserted in the category of indirect polluter, being jointly responsible for the damage caused to the environment by the projects it finances.

Keywords: Environmental liability of financial institutions. Indirect polluter. Risk created theory. Financing agent. Funding and damage to the environment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO AMBIENTAL: CONCEITOS E PRESSUPOSTOS	13
1.1 A ORDEM CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE	13
1.2 A RESPONSABILIDADE CIVIL SOB O PRISMA DO DIREITO AMBIENTAL	16
1.3 OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL.....	22
1.3.1 O princípio do poluidor-pagador	22
1.3.2 O princípio da reparação integral	24
1.3.3 O princípio da precaução	24
1.3.4 O princípio da prevenção	26
1.4 CONCEITOS E PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA NO DIREITO AMBIENTAL	27
1.4.1 O nexo causal	28
1.4.2 O dano ambiental	33
1.4.2.1 Características peculiares do dano ambiental	35
1.5 O SUJEITO RESPONSÁVEL	36
2 A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DIANTE DE DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS POR EMPREENDIMENTOS POR ELAS FINANCIADOS	39
2.1 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	39
2.2 O RISCO CRIADO E O ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE CAUSADOR INDIRETO	42
2.3 A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL AMBIENTAL DO POLUIDOR INDIRETO	44

2.4 FINANCIAMENTO E RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL: A RESPONSABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DIANTE DE DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS POR EMPREENDIMENTOS POR ELAS FINANCIADOS.....	50
2.4.1 O dever legal das Instituições Financeiras Públicas e Privadas	51
2.4.2 Os requisitos gerais para a não configuração do nexo causal entre a atividade da instituição financeira e o dano ambiental	55
2.4.3 Os limites da responsabilidade civil ambiental das instituições financeiras	57
2.5 AS CONDICIONANTES DO CRÉDITO BANCÁRIO E AS INICIATIVAS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	60
CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

O estudo que se propõe abordar com o presente trabalho é a responsabilização civil ambiental das instituições financeiras em decorrência de danos ambientais causados por atividades por elas financiadas, com enfoque em seu possível enquadramento enquanto poluidoras indiretas.

O debate acerca da responsabilização de instituições financeiras diante de danos ambientais causados por empreendimentos que tenham sido financiados por elas vem adquirindo notoriedade na seara jurídica ao passo em que o próprio direito ambiental possui um espaço marcante e cotidiano, principalmente a partir da Constituição de 1988, a qual evidenciou o meio ambiente equilibrado enquanto direito fundamental.

Destarte, a questão ganha evidência em virtude da imposição constitucional de preservação de meio ambiente para a presente e para as futuras gerações e as instituições financeiras, enquanto verdadeiros catalisadores do crescimento econômico, também devem respeitar o preceito constitucional de proteção ao meio ambiente.

A relevância do estudo e crítica a respeito dos métodos de responsabilização civil de instituições financeiras encontra respaldo nos debates travados pela sociedade, juristas, academia e Poder Judiciário acerca do respeito e proteção devidos ao meio ambiente sem desencorajar, entretanto, o surgimento de novos empreendimentos ao torná-los demasiadamente onerosos a financiadores e empreendedores. É basilar que se discuta o modo adequado para que tais indivíduos possam, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento econômico e inserirem-se em uma política de proteção desse bem coletivo indispensável para o equilíbrio das gerações vindouras.

A escolha do tema foi decorrente da experiência vivenciada pela autora como estagiária em escritório de advocacia que concentra seus trabalhos especificamente no Direito Ambiental, local em foi possível perceber que a questão apontada é de relevante valor para a sociedade em desenvolvimento e agrega amplo conhecimento e estudo de variadas matérias dentro dessa seara.

Como método de abordagem da pesquisa foi utilizado o dedutivo, com o uso do chamado silogismo lógico. A escolha deste método se deu em razão de o estudo partir de temas amplos e gerais da Responsabilidade Civil e do Direito Ambiental para pontos

específicos e particulares do tema proposto. O método de procedimento foi o monográfico e a técnica de pesquisa foi a investigação bibliográfica e documental.

O embate travado reside na possibilidade ou não de se responsabilizar as instituições financeiras, enquanto poluidoras indiretas, nos mesmos moldes hoje utilizados e considerados adequados pela maior parte da doutrina para responsabilizar os poluidores diretos. De um lado, clama-se pela proteção máxima do meio ambiente e reparação integral dos danos ambientais. De outro, chama-se atenção ao fato de que (i) a concessão do crédito e a condição da instituição financeira são bastante diferenciadas da posição dos financiados, bem como o poder que exercem sobre a atividade financiada e (ii) a ampla responsabilização da instituição financeira poderia gerar consequências igualmente nefastas a outros interesses coletivos, além de gerar insegurança jurídica.

Para uma melhor compreensão quanto à estruturação da presente monografia, impende comentar que será composta por dois capítulos, divididos da maneira a ser exposta brevemente a seguir.

No primeiro capítulo, serão abordados os aspectos gerais da responsabilidade civil no direito ambiental, analisando-se questões preliminares, como a ordem constitucional do meio ambiente, a evolução histórica da responsabilidade civil, os princípios básicos que regem esse sistema, seus conceitos e pressupostos e os sujeitos responsáveis.

No segundo capítulo, adentrar-se-á na análise mais pormenorizada da responsabilidade civil ambiental das instituições financeiras. Para a compreensão desse assunto, reportar-se-á ao papel dos agentes financiadores na relação entre economia e meio ambiente e será feita uma análise acerca da criação de riscos e seu enquadramento enquanto poluidores indiretos. Além disso, serão vistos os aspectos que circundam a responsabilidade civil do poluidor indireto e os deveres legais de cautela e controle de riscos impostos às instituições financeiras. Por fim, mas não menos importante, são mencionadas algumas iniciativas voluntárias adotadas e desenvolvidas pelas instituições financeiras nacionais e internacionais que preveem condicionantes à concessão do crédito bancário.

Cumpra ainda ressaltar que as considerações pessoais da autora serão arrematadas na conclusão, com a exposição das suas inferências particulares acerca da forma como deve se dar a responsabilização civil ambiental das instituições financeiras.

1 A RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO AMBIENTAL: CONCEITOS E PRESSUPOSTOS

O artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, ao reconhecer o direito ao meio ambiente equilibrado como um direito fundamental, contempla também a responsabilidade ambiental, existente nas esferas administrativa, civil e criminal.

Neste primeiro capítulo, analisar-se-á a responsabilidade civil ambiental a partir de uma reflexão histórica acerca de seu surgimento, dando atenção às peculiaridades desse instituto, que vai além das finalidades normalmente atribuídas à responsabilidade civil, advindas, sobretudo, do dano ambiental que, por sua natureza difusa e dificuldade em se demonstrar a culpa do agente poluidor, merece um tratamento diferenciado no ordenamento jurídico.

1.1 A ORDEM CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE

Inserido na categoria de direito de terceira geração, o direito ao meio ambiente ganhou relevo no ordenamento jurídico brasileiro somente nas últimas décadas do século XX. Assim, no que tange a ordem constitucional ambiental, a Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 trouxe inúmeras novidades em relação às cartas constitucionais anteriores, sendo, inclusive, a primeira Lei Fundamental brasileira a mencionar expressamente o termo “meio ambiente” (MACHADO, 2011, p. 133).

Entretanto, antes da previsão constitucional brasileira, a matéria ambiental já vinha ganhando destaque nas Constituições de diversos outros países, de modo que a Constituição da República de 1988, seguindo a mesma tendência – já em consonância com a Lei n. 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente –, dedicou um capítulo especificamente a essa matéria¹, posto que ainda adote uma posição antropocêntrica, ou seja, com o meio ambiente voltado à concretização da dignidade da pessoa humana e ao bem-estar dos cidadãos.

Sendo assim, no que concerne à tutela constitucional do meio ambiente, a principal norma prevista em nossa Carta Magna se insere justamente no referido capítulo. Trata-se do *caput* do artigo 225, *in verbis*:

¹ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo VI – Do Meio Ambiente, artigo 225.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Conforme se depreende do dispositivo mencionado, o texto constitucional dá ao meio ambiente o caráter de bem de uso comum do povo, ultrapassando a dicotomia “público X privado”, coloca o Poder Público na qualidade de mero gestor desse bem e insere a sociedade civil nesse contexto, de modo que ambos são responsáveis pela defesa e preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Sobre o assunto, Vianna leciona que:

O tratamento constitucional conferido ao meio ambiente faz do bem ambiental um bem jurídico autônomo e *sui generis*, de nítido interesse público, sobretudo porque essencialmente ligado ao direito à vida (VIANNA, 2004, p. 51).

Dessa maneira, ao elevar o meio ambiente à condição de direito de todos e de bem de uso comum do povo, o legislador alterou o até então conhecido conceito de meio ambiente expresso pela Lei n. 6.938/1981², que nada mencionava sobre essas características.

Outrossim, as obrigações perante o meio ambiente, além de serem atribuídas tanto ao Poder Público quanto à coletividade, passaram a consistir na abstenção de degradação do meio ambiente, assumindo um caráter nitidamente preventivo, e na recuperação das áreas já degradadas, imposições que persistem mesmo em confronto com o direito de propriedade.

Muito embora haja apenas um artigo no capítulo da Constituição de 1988 dedicado exclusivamente à matéria ambiental, impende ressaltar que, ao longo de toda a redação do texto constitucional, é possível observar a nova tendência relativa ao meio ambiente. Isso, por exemplo, pode ser visto claramente nos artigos 23³ e 24⁴, que cuidam das competências legislativas e materiais, e no artigo 216⁵, que dispõe sobre o patrimônio cultural brasileiro.

² Lei n. 6.938/1981, Art 3º - *Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;*

³ CRFB/1988, Art. 23. *É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;*

⁴ CRFB/1988, Art. 24. *Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; [...] VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;*

⁵ CRFB/1988, Art. 216. *Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos*

Ademais, nem mesmo a tutela jurisdicional do meio ambiente passou despercebida pelo legislador constituinte, o qual pontuou, como exemplos, a ação popular⁶ - que pode ser promovida por qualquer cidadão e é regida pela Lei n. 4.717/1965 -, e a ação civil pública⁷ - regida pela Lei n. 7.347/1985 - como importantes meios de defesa do meio ambiente.

Importante frisar também que a Carta Magna, em seu artigo 170⁸, buscou relacionar a atividade econômica com a tendência de proteção ambiental, estabelecendo como um mandamento constitucional a utilização racional dos recursos naturais.

Sobre o tema, Bessa Antunes reputa que

A Constituição não desconsiderou, nem poderia fazê-lo, que toda atividade econômica se faz mediante a utilização de recursos ambientais. O legislador constituinte buscou estabelecer um mecanismo mediante o qual as naturais tensões entre os diferentes usuários dos recursos ambientais possam ser amenizadas dentro de uma perspectiva de utilização racional (ANTUNES, 2012, p. 65).

Notadamente, como é de simples observação, o meio ambiente tomou uma dimensão de relevo em nossa Constituição e os reflexos dessa nova concepção passaram a ser vistos nas mais diversas áreas e em todo o ordenamento jurídico pátrio, conforme bem pontua Vianna:

Além do vasto número de leis sobre matéria ambiental, diversas Constituições Estaduais trazem em seu bojo inúmeros dispositivos sobre o tema, o qual também tem recebido tratamento por meio de medidas provisórias e resoluções administrativas. Estes números expressivos somente reforçam a ideia da importância da questão ambiental e permitem, por si só, uma eficácia social às normas ambientais (VIANNA, 2004, p. 51).

Annelise Monteiro Steigleder também comenta o assunto e pondera:

[...] vislumbra-se a necessidade de uma clara opção valorativa pela proteção ambiental, desvendando-se os interesses e ideologias à base das normas e os

diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

⁶ CRFB/1988, Art. 5º *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;*

⁷ CRFB/1988, Art. 129. *São funções institucionais do Ministério Público: [...] III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;*

⁸ CRFB, Art. 170. *A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;*

objetivos a que visam realizar, procurando dotar o direito ambiental da capacidade de constituir um instrumento de emancipação social [...] (STEIGLEDER, 2004, p. 27).

Aproveitando essa nova conjuntura, o legislador constituinte optou por acrescentar ao referido artigo 225 a previsão acerca da responsabilidade ambiental.

Para melhor identificar o tema, interessante observar a redação do seu § 3º:

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Ou seja, a Constituição de 1988 prevê expressamente a responsabilidade ambiental dentro de três esferas distintas e independentes: administrativa, criminal e civil.

As duas primeiras, como mencionado anteriormente, não serão alvo deste estudo. Destarte, passar-se-á a uma detida análise acerca da responsabilidade civil ambiental, tendo em vista que o dano ambiental representa uma violação ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

1.2 A RESPONSABILIDADE CIVIL SOB O PRISMA DO DIREITO AMBIENTAL

O alicerce básico da teoria da responsabilidade civil se fundamenta na máxima de que quem causa danos a outrem tem o dever de repará-los. Tal preceito encontra suas raízes em normas elementares de convívio social, de modo que a responsabilização civil pode ser visualizada nos mais variados ordenamentos jurídicos e regras em sociedade.

São nesse sentido os ensinamentos de Caio Mário da Silva Pereira, segundo quem

Não importa, pois, a filiação histórica ou a concepção ideológica. Não tem maior significação tratar-se de ‘direito escrito’, centrado na elaboração legislativa, ou de ‘direito não escrito’, elaborado na diuturnidade da construção jurisprudencial, como ocorre nos sistemas de *Common Law*. Não importa se se trata de direito constitutivo da organização capitalista, ou se daqueles de inspiração socialista. Em todas, mais minuciosamente ou mais casuisticamente, o princípio da responsabilidade civil encontra larga ressonância como fonte obrigacional, respondendo pela reparação o causador de um dano à pessoa ou aos bens de outrem (PEREIRA, 2001, p. 13).

A responsabilidade civil subjetiva, ou seja, baseada na culpa, começou a tomar forma durante a República romana, como a *Lex Aquilia*. Porém, coube ao Código de Napoleão consagrá-la, para então servir de parâmetro à legislação de todo o mundo (GONÇALVES, 2010, p. 26).

Com efeito, o Código Civil Brasileiro de 1916⁹ inclinou-se ao reconhecimento do dever de indenizar mediante manifestação da culpa, seja ela *lato* (dolo) ou *strictu sensu* (imprudência, negligência e imperícia). Para tanto, indispensável que, para gerar o dever de reparar, o ato lesivo tenha sido praticado sem a observância de todos os cuidados necessários para evitar a concretização do dano.

Bessa Antunes bem observa ao mencionar em sua obra que

No Direito brasileiro, a responsabilidade é um antigo instituto jurídico. O Código Civil brasileiro sofreu grande influência da doutrina contida no Código de Napoleão, fundando a responsabilidade na ideia de culpa e em todos os conceitos ideológicos subjacentes à referida subjetivação (ANTUNES, 2012, p. 289).

Entretanto, pouco se demorou a perceber que os grandes acontecimentos experimentados haviam transformado sobremaneira a sociedade, que urgia por adaptações e adequações nas normas vigentes.

A chamada sociedade de risco trouxe em seu seio uma grande expansão das atividades econômicas, exigindo, nessa medida, um novo tratamento da matéria, não amparado pelas limitações do viés tradicional da responsabilidade civil (MILARÉ, 2013, p. 423).

Conforme leciona José Ricardo Alvarez Vianna,

Apesar da evolução histórica da responsabilidade civil até então analisada, alicerçada na doutrina subjetiva da culpa, fato é que as mais variadas situações fáticas ocorrentes desde o século XIX, já com a Revolução Industrial, e mais tarde no século XX, com a Revolução Tecnológica, passa a reclamar adaptações. Com uma sociedade de massas, envolta em relações jurídicas impessoais, marcada pela presença de maquinários modernos, contendo produção e fornecimento de serviços das mais variadas formas, crescimento demográfico, êxodo rural e urbanização, além do consequente fluxo de veículos automotores, aviões etc., a probabilidade de danos passou a ser realidade iminente e constante. Ao mesmo tempo, a prova da culpa torna-se cada vez mais penosa, senão impossível para o lesado (VIANNA, 2004, p. 81).

Diante desse novo contexto e considerando que a teoria da responsabilidade civil baseada na culpa, no cenário dado, era inadequada e, não raras vezes, deixava de responder satisfatoriamente aos questionamentos impostos, urgia-se pela mudança de modelo.

A fim de sanar tal impasse é que obteve espaço no Brasil a teoria da responsabilidade civil objetiva, segundo a qual aquele que se beneficia com a atividade risco

⁹ Lei n. 3.071/1916, Art. 159. *Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano.*

deve arcar com as consequências dela advindas, independentemente da aferição ou não da culpa. Nesse caso, a culpa pode ou não existir, mas se revela como irrelevante para configurar o dever de indenizar.

Como pontua Paulo de Bessa Antunes,

Esse conjunto de fatos implicaram profundas transformações no Direito em geral. No tema responsabilidade, essas transformações foram marcantes, pois significaram uma verdadeira revolução na ordem jurídica vigente, com o afastamento da culpa como fundamento da responsabilidade (ANTUNES, 2012, p. 290).

Desse modo, observa-se que esse novo modelo de responsabilidade civil veio ganhando espaço em nosso ordenamento jurídico, sendo que o Decreto n. 2.681/1912¹⁰, que versava sobre a responsabilidade das estradas de ferro, é considerado pela doutrina como o primeiro diploma a admitir a responsabilidade objetiva no Brasil (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 157).

Carlos Alberto Gonçalves resume bem a questão trazendo vários exemplos de diplomas esparsos em que a responsabilidade objetiva veio sendo adotada. Fora o mencionado decreto pioneiro, ele cita também a Lei de Acidentes de Trabalho, o Código Brasileiro de Aeronáutica, a Lei 6.453/77, que se refere à responsabilidade do operador de instalação nuclear, a Lei 6.938/1981, a qual será ainda abordada nesse trabalho, e o Código de Defesa do Consumidor (GONÇALVES, 2010, p. 50).

Finalmente, mesmo já tendo sido recepcionada pelo direito pátrio através dos diplomas acima referidos, a responsabilidade civil objetiva foi também consagrada pelo Código Civil Brasileiro de 2002¹¹. Com tudo isso, observa-se que sobrevive em nosso sistema a concepção dualista, na qual convivem no ordenamento jurídico pátrio a responsabilidade civil subjetiva e a responsabilidade civil objetiva, muito embora a regra ainda seja o dever de reparação decorrente da culpa.

¹⁰ Os artigos 17 e 26 do Decreto n. 2.681/1912 demonstram bem essa questão:

Art. 17 – *As estradas de ferro responderão pelos desastres que nas suas linhas sucederem aos viajantes e de que resulte a morte, ferimento ou lesão corpórea.*

A culpa será sempre presumida, só se admitindo em contrário alguma das seguintes provas:

1ª - Caso fortuito ou força maior;

2ª - Culpa do viajante, não concorrendo culpa da estrada.

Art. 26 – *As estradas de ferro responderão por todos os danos que a exploração das suas linhas causar aos proprietários marginais.*

¹¹ Lei n. 10.406/2002, Art. 186. *Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.*

Art. 927. *Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.*

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

De tal maneira, a lei passou a impor a determinadas pessoas, e em certas ocasiões, a responsabilidade de reparar um dano cometido mesmo que sem a aferição da culpa, por ser esta prescindível, sendo necessários apenas a configuração do dano e a existência do nexo de causalidade.

Sobre o assunto, Carlos Roberto Golçalves ensina:

Na responsabilidade objetiva prescinde-se totalmente da prova da culpa. Ela é reconhecida, como mencionado, independentemente de culpa. Basta, assim, que haja relação de causalidade entre a ação e o dano (GONÇALVES, 2010, p. 49).

Caio Mário da Silva Pereira complementa esse pensamento, veja-se:

[...] a regra geral, que deve presidir à responsabilidade civil, é a sua fundamentação na culpa; mas, sendo insuficiente esta para atender às imposições do progresso, cumpre ao legislador fixar especialmente os casos em que deverá ocorrer a obrigação de reparar independentemente daquela noção. Não será sempre que a reparação do dano se abstrairá do conceito de culpa, porém, quando o autorizar a ordem jurídica positiva (PEREIRA, 2003, p. 345/346).

Portanto, a responsabilidade civil objetiva independe da configuração da culpa do agente, sendo esta uma demonstração do avanço do conceito ao longo dos últimos séculos, uma vez que “foram repensados e reestruturados muitos dogmas, a partir da noção de só havia responsabilidade com culpa” (VENOSA, 2010, p. 12). Sendo assim, há situações em que o dever de reparar existe mesmo quando o agente que deu origem ao dano tenha agido sem culpa.

O que ocorre, consoante afirma Fábio Ulhoa Coelho, é a desnecessidade de discussão acerca do

[...] elemento subjetivo, por ser irrelevante eventual culpa do sujeito passivo do vínculo obrigacional. [...] não ocorre, na objetivação, a presunção de culpa do obrigado a indenizar, mas sua completa desqualificação como elemento constitutivo da responsabilidade civil. Quando alguém é objetivamente obrigado a indenizar danos, na imputação da obrigação não há qualquer desaprovação jurídica ou moral aos atos praticados, como ocorre na responsabilização subjetiva. A obrigação de indenizar é apenas a operacionalização de um eficiente mecanismo de alocação de recursos na sociedade (COELHO, 2012, p. 358/359).

Outro aspecto bastante importante da responsabilidade civil objetiva é que ela é uma exceção no ordenamento pátrio, podendo ser aplicada somente quando há lei expressa que a autorize (responsabilidade objetiva formal) ou nas outras hipóteses elencadas no parágrafo único do artigo 927 do Código Civil, nas quais o sujeito com dever de indenizar

explora atividade cujos custos são socializados (responsabilidade objetiva material). Ou seja, a regra ainda é a responsabilidade civil subjetiva por ato ilícito.

As inseguranças trazidas pela utilização, tão somente, da teoria subjetivista repercutiram também no âmbito do Direito Ambiental.

Muito embora por muito tempo o meio ambiente tenha sido motivo de descaso, por parte da sociedade e do legislador, a verdade é que cada vez mais se tem ciência da escassez dos recursos naturais e da necessidade de protegê-los e preservá-los para as gerações futuras, conforme determina a Constituição de 1988.

Métodos mais eficazes de responsabilização passaram a ser necessários, razão pela qual o tradicional sistema de responsabilização civil subjetiva teve de ser repensado e substituído, nesse ramo, pela responsabilidade civil objetiva que, como visto, independe de culpa.

Não destoaria desse entendimento de Édis Milaré, senão vejamos:

Imaginou-se, no início da preocupação com o meio ambiente, que seria possível resolver os problemas relacionados com o dano a ele infligido nos limites estreitos da teoria da culpa. Mas, rapidamente, a doutrina, a jurisprudência e o legislador perceberam que as regras clássicas de responsabilidade, contidas na legislação civil de então, não ofereciam proteção suficiente e adequada às vítimas do dano ambiental, relegando-as, no mais das vezes, ao completo desamparo. Primeiro, pela natureza difusa deste, atingindo, via de regra, uma pluralidade de vítimas, totalmente desamparadas pelos institutos ortodoxos do Direito Processual clássico, que só ensejavam a composição do dano individualmente sofrido. Segundo, pela dificuldade de prova da culpa do agente poluidor, quase sempre coberto por aparente legalidade materializada em atos do Poder Público, como licenças e autorizações. Terceiro, porque no regime jurídico do Código Civil, então aplicável, admitiam-se clássicas excludentes de responsabilização, como, por exemplo, caso fortuito e força maior. Daí a necessidade da busca de instrumentos legais mais eficazes, aptos a sanar a insuficiência das regras clássicas perante a novidade da abordagem jurídica do dano ambiental (MILARÉ, 2013, p. 424).

É nesse sentido que, visando demonstrar essa tomada de consciência da escassez dos recursos naturais e de compromisso com um equilíbrio ecológico intergeracional, no campo da responsabilidade civil, o legislador adotou postura bastante firme na já mencionada Lei n. 6.938/1981, a qual dispõe:

Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

[...]

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o **poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.** O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente (grifos inexistentes no original).

Assim, atento ao fato de que a clássica teoria subjetivista, baseada na aferição da culpa, era inapta a abarcar a nova conjuntura ambiental, o legislador optou por recepcionar expressamente a responsabilidade civil objetiva na seara do meio ambiente, atendendo exatamente aquilo que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 viria a propor alguns anos mais tarde.

Ademais, o Código Civil de 2002, ao aceitar expressamente a possibilidade de responsabilização civil independente da existência de culpa, conforme já mencionado, também nesta seara demonstra sua aplicabilidade.

Nesse sentido, o parágrafo único do artigo 927 do referido diploma dispõe:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

A primeira parte do parágrafo único, no âmbito do direito ambiental, tem seu respaldo na Lei n. 6.938/1981, que, como visto, instituiu a responsabilidade civil ambiental independente da culpa.

Quanto à segunda parte da redação do dispositivo, observa-se a denominada responsabilidade pelo risco da atividade. Segundo ela, “quando nos defrontamos com atividades de risco, cujo regime de responsabilidade não tenha sido especificado em lei, o juiz analisará, caso a caso, ou o Poder Público fará a classificação dessas atividades” (MACHADO, 2011, p. 370).

Destarte, por meio da responsabilidade civil objetiva no âmbito do direito ambiental, vislumbra-se um meio mais fácil para se obter a responsabilização, de modo que lesões ao meio ambiente, que, em geral, podem ter graves consequências não só para a presente como também para as futuras gerações, prescindam de culpa (dolo, negligência, imprudência ou imperícia) para configurar a responsabilização do autor do dano.

1.3 OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL

Continuando o estudo da responsabilidade civil ambiental e, a exemplo do que ocorre em muitas áreas, a fim de fazer da responsabilidade civil também um meio de proteção ao meio ambiente, o sistema jurídico ambiental está orientado em princípios, que servem como nortes para todos operadores do Direito que atuam nessa seara e ocupam espaço de relevo na matéria.

Seguindo a linha constitucional, princípios tais como o do poluidor-pagador, da prevenção, da precaução e da reparação integral, por exemplo, podem bem representar essa preocupação com a preservação ambiental e seus reflexos na responsabilidade civil, que acabou adotando um caráter não apenas reparador, mas também, em função da natureza do bem ambiental, uma preocupação em difundir um viés preventivo.

A seguir, serão analisados cada um dos princípios acima mencionados.

1.3.1 O princípio do poluidor-pagador

O primeiro princípio a ser analisado será o do poluidor-pagador, o qual carrega mesmo no nome a ideia de reparação decorrente de um dano.

Doutrinariamente, esse princípio é entendido como uma forma de “imputar ao poluidor o custo social da poluição por ele gerada, engendrando um mecanismo de responsabilidade por dano ecológico” (MILARÉ, 2013, p. 268). É a chamada “internalização dos custos externos”, visada pelo princípio ora em comento para que não recaiam sobre a sociedade as externalidades negativas do processo produtivo (DERANI, 1997, p. 158).

Assim, trata-se de um instrumento que visa tanto evitar a ocorrência de danos ambientais, sendo esse o seu caráter preventivo, quanto reparar os danos já ocorridos. Isto é, o princípio do poluidor-pagador serve a forçar, ainda na fase de prevenção, a internalização dos custos e, no caso de ocorrer um dano, assume também a função sancionadora como instrumento punitivo, sendo este, inclusive, um dos mecanismos que incentiva a internalização dos custos da produção.

Traduzindo tal ideia, Celso Antonio Pacheco Fiorillo explica:

[...] num primeiro momento, impõe-se ao poluidor o dever de arcar com as despesas de prevenção dos danos ao meio ambiente que a sua atividade possa ocasionar. Cabe a ele, o ônus de utilizar instrumentos necessários à prevenção dos danos. Numa segunda órbita de alcance, esclarece este princípio que, ocorrendo danos ao meio ambiente em razão da atividade

desenvolvida, o poluidor será responsável pela sua reparação (FIORILLO, 2011, p. 27).

Paulo Affonso Leme Machado indica ainda que o verdadeiro custo a ser imputado ao poluidor deve ter caráter preventivo, não estando ligado somente à reparação do dano já ocorrido. Se assim não o fosse, o princípio poderia gerar uma falsa ideia de que o pagamento efetuado pelo poluidor lhe confere o direito a poluir (MACHADO, 2011, p. 72).

No entendimento de Danny Monteiro da Silva,

[...] o que importa é reconhecer que em síntese, por força do princípio do poluidor-pagador, aos poluidores não podem ser dadas outras alternativas que não deixar de poluir ou então ter que suportar um custo econômico em favor do Estado [...] (SILVA, 2006, p. 72).

Além disso, é importante ressaltar “que a obrigação de reparar a degradação persiste, mesmo que o poluidor comprove que adotou todas as medidas adequadas para prevenir a degradação do meio ambiente” (BAHIA, 2012, p. 137).

No ordenamento jurídico brasileiro, esse princípio vem disciplinado na Lei n. 6.938/1981. Nesse sentido, assim dispõe o inciso VII do artigo 4º do referido diploma legal:

Art. 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

[...]

VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos (grifos inexistentes no original).

Encampando a mesma ideia, a Constituição da República de 1988 disciplina que “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados” (Artigo 225, § 3º).

Além disso, o princípio do poluidor-pagador também pode ser claramente visualizado dentre os princípios da Declaração do Rio de 1992¹². Confira-se:

Princípio 13 - Os Estados irão desenvolver legislação nacional relativa à responsabilidade e à indenização das vítimas de poluição e de outros danos ambientais. Os Estados irão também cooperar, de maneira expedita e mais determinada, no desenvolvimento do direito internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização por efeitos adversos dos danos ambientais causados, em áreas fora de sua jurisdição, por atividades dentro de sua jurisdição ou sob seu controle.

¹² A Declaração do Rio de 1992, ou Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, trata-se de um documento fruto da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), realizada em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de buscar meios que permitissem o desenvolvimento socioeconômico aliado à conservação do meio ambiente.

Princípio 16 - As autoridades nacionais devem procurar promover a internacionalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, tendo em vista a abordagem segundo a qual o poluidor deve, em princípio, arcar com o custo da poluição, com a devida atenção ao interesse público e sem provocar distorções no comércio e nos investimentos internacionais.

Notadamente, esse princípio tem cada vez mais espaço em nossa sociedade, já que, diante da grande demanda das atividades produtivas, denota-se de maneira ainda mais nítida a necessidade de se impor ao poluidor o dever de arcar com os custos ambientais advindos da poluição, devendo ser ele o maior responsável pelos aspectos ambientalmente negativos de sua atividade.

1.3.2 O princípio da reparação integral

A teoria da reparação integral do dano ambiental foi agasalhada pelo direito brasileiro e, não somente no direito ambiental, visto que tem respaldo também no artigo 944 do Código Civil de 2002¹³.

Segundo tal princípio, as lesões ou danos causados ao meio ambiente devem ser reparados em sua integralidade, uma vez que não houve restrições impostas pelo § 3º do artigo 225 da Constituição Federal ou pelo § 1º do artigo 14 da Lei n. 6.938/1981. Assim, “a reparabilidade é integral, levando em conta o risco criado pela conduta perigosa do agente” (LEITE; AYALA, 2012, p. 221).

Desse modo, percebe-se sua primordial importância quando da análise da responsabilidade civil ambiental, visto que exerce função fundamental na avaliação da obrigação de reparar o dano causado.

Agora, serão tratados os princípios da precaução e da prevenção, os quais, muito embora não estejam diretamente ligados a um direito de reparação, como seu próprio nome indica, norteiam o Direito Ambiental de maneira tão intensa a ponto de terem reflexões na responsabilidade civil ambiental, na medida em que procuram evitar a necessidade de se utilizar do direito reparatorio diante de bem tão particular.

1.3.3 O princípio da precaução

Seguindo nessa linha e buscando entender melhor os princípios básicos do direito ambiental que fundamentam a responsabilidade civil nessa área, analisar-se-á agora o princípio da precaução.

¹³ Lei n. 10.016/2002 – Art. 944. *A indenização mede-se pela extensão do dano.*

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

Tal princípio é caracterizado por sua aplicação diante de casos em que

a informação é insuficiente, inconclusiva ou incerta e haja indicações de que os possíveis efeitos sobre o meio ambiente, a saúde das pessoas ou dos animais ou a proteção vegetal possam ser potencialmente perigosos e incompatíveis com o nível de proteção escolhido (MILARÉ, 2013, p. 824).

Desse modo, nesses casos de incerteza científica, ele busca direcionar as decisões para que sejam as menos dispendiosas ao meio ambiente. Áreas como as de organismos geneticamente modificados, exposição a campos eletromagnéticos e aquecimento global – cada vez mais presentes no nosso cotidiano – são bons exemplos de momentos em que o princípio da precaução é frequentemente invocado.

Com efeito, com fundamento no princípio da precaução, busca-se evitar o risco, antecipando, até mesmo, o surgimento do perigo. Tudo isso a fim de afastar dessa e das futuras gerações eventuais inseguranças à integridade da vida humana.

Na Carta Magna de 1988, esse princípio pode ser identificado no inciso V do artigo 225, que determina ser de incumbência do Poder Público “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente”.

Outrossim, o princípio também pode ser encontrado expressamente na Declaração do Rio de 1992. Veja-se:

Princípio 15 - Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

Por fim, importante salientar, como bem dito por Paulo Affonso Leme Machado,

A implementação do princípio da precaução não tem por finalidade imobilizar as atividades humanas. Não se trata da precaução que tudo impede ou que tudo vê catástrofes ou males. O princípio da precaução visa à durabilidade da sadia qualidade de vida das gerações humanas e à continuidade da natureza existente no planeta (MACHADO, 2011, p. 75/76).

Assim, a avaliação dos riscos, ainda que incertos, torna-se mais um mecanismo de proteção ao meio ambiente que vem orientando de maneira bastante frequente diplomas normativos internacionais e nacionais¹⁴.

¹⁴ Como um pequeno exemplo, cita-se a Lei n. 11.105/2005, a Lei de Biossegurança.

1.3.4 O princípio da prevenção

Também na qualidade de princípio norteador da responsabilidade civil ambiental, menciona-se o princípio da prevenção que, diferentemente do princípio da precaução acima comentado, aplica-se quando já se tem conhecimento da certeza do perigo ou da potencialidade efetivamente perigosa de determinada atividade.

Daí Paulo de Bessa Antunes afirmar que

O princípio da prevenção aplica-se a impactos ambientais já conhecidos e dos quais se possa, com segurança, estabelecer um conjunto de nexos de causalidade que seja suficiente para a identificação dos impactos futuros mais prováveis. Com base no princípio da prevenção, o licenciamento ambiental e, até mesmo, os estudos de impacto ambiental podem ser realizados e são solicitados pelas autoridades públicas (ANTUNES, 2012, p. 48).

Mais uma vez, também por meio desse princípio, observa-se que o Direito Ambiental está voltado, principalmente, a uma atividade preventiva, ou seja, a um “momento anterior à da consumação do dano – o do mero risco” (MILARÉ, 2013, p. 263).

Segundo aponta Carolina Medeiros Bahia,

O princípio da prevenção pretende proteger os recursos naturais e evitar a consumação de danos ambientais, quando a probabilidade da degradação é bastante alta e, muitas vezes, demonstrada pelas próprias regras da experiência. Na sua aplicação, ele pode impor a adoção de medidas que impeçam a ocorrência de danos futuros, ainda quando estes sejam derivados de atividades ou empreendimentos devidamente licenciados e desenvolvidos de acordo com os padrões de qualidade ambiental (BAHIA, 2012, p. 131).

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente trata do princípio da prevenção em seu art. 2º, senão vejamos:

Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, [...].

Porém, uma década antes, ele já havia sido acolhido como diretriz ambiental, no seio da Declaração do Meio Ambiente em Estocolmo de 1972¹⁵.

¹⁵ Trata-se da Declaração da ONU sobre o Ambiente Humano, aprovada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, em 1972. É considerada um marco do Direito Ambiental Internacional, pois introduziu na agenda política internacional a tentativa de conciliação da proteção do meio ambiente e o direito ao desenvolvimento.

No *caput* do artigo 225 o princípio da prevenção pode ser visualizado, uma vez que “impõe-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo [o meio ambiente] e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Da mesma forma, a Declaração do Rio de 1992 menciona o princípio no seguinte sentido:

Princípio 8 - A fim de conseguir-se um desenvolvimento sustentado e uma qualidade de vida mais elevada para todos os povos, os Estados devem reduzir e eliminar os modos de produção e de consumo não viáveis e promover políticas públicas apropriadas.

Inconteste, portanto, que o princípio da prevenção visa tanto à prevenção, quanto à redução ou eliminação da poluição já existente ou iminente. O Estudo de Impacto Ambiental, previsto no inciso IV do § 1º do artigo 225 da Constituição Federal¹⁶, por exemplo, é um dos principais instrumentos que possibilita avaliar com antecedência os efeitos negativos que uma atividade econômica pode vir a trazer, vez que tal conhecimento possibilita a adoção de medidas preventivas e mitigatórias.

Conforme bem anota Paulo Affonso Leme Machado,

A prevenção não é estática; e, assim, tem-se que atualizar e fazer reavaliações, para poder influenciar a formulação das novas políticas ambientais, das ações dos empreendedores e das atividades da Administração Pública, dos legisladores e do Judiciário (MACHADO, 2011, p. 100).

Por essa razão, mas não exclusivamente por essa, uma das relações do princípio com a responsabilidade civil ambiental se dá na medida em que ocorrem falhas nas políticas preventivas, ensejando a reparação do dano ambiental ocorrido.

1.4 CONCEITOS E PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA NO DIREITO AMBIENTAL

Passada essa análise principiológica, passa-se a estudar agora os pressupostos da responsabilidade civil ambiental.

Historicamente, a responsabilidade civil sempre teve um caráter precipuamente reparador. E, muito embora no que tange a proteção ao meio ambiente o maior foco seja a

¹⁶ CRFB, Art. 225. *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

[...]

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

adoção de um viés voltado à tutela inibitória e não ressarcitória – ou seja, que busca, principalmente, evitar o dano ambiental – as políticas preventivas frequentemente não são capazes de evitar a ocorrência de lesões ao bem ambiental, residindo aqui a responsabilidade civil por danos ecológicos.

A responsabilidade civil ambiental insere-se na categoria de responsabilidade civil extracontratual, isto é, que decorre de um dever imposto pela lei, tendo como principal objetivo fazer com que os sujeitos internalizem as externalidades negativas advindas de suas atividades e, se o foco é inibitório, claramente se observa que se trata de um típico direito de risco.

Sendo assim, e em razão dos interesses coletivos envolvidos, os pressupostos clássicos da responsabilidade civil ganharam uma nova roupagem, mesmo que ainda devam ser interpretados levando em consideração os institutos do Direito Civil. Como bem aponta Édís Milaré,

No regime da responsabilidade objetiva, fundada na teoria do risco da atividade, para que se possa pleitear a reparação do dano, basta a demonstração do evento danoso e do nexo de causalidade com a fonte poluidora. A ação, da qual a teoria da culpa faz depender a responsabilidade pelo resultado, é substituída, aqui, pela assunção do risco em provocá-lo (MILARÉ, 2013, p. 427).

Partindo-se dessas premissas básicas, a partir de agora, serão analisados os elementos ou pressupostos da responsabilidade civil objetiva ambiental, quais sejam, os eventos danosos e o liame de causalidade entre eles e o ato ou atividade do poluidor.

1.4.1 O nexo causal

Como visto, a responsabilidade civil ambiental é objetiva, tendo como pressupostos o dano e o nexo de causalidade entre a atividade e o resultado danoso.

Consoante o entendimento doutrinário, o nexo de causalidade é o elo que liga a atividade ao dano, de modo que tal relação é indispensável, mesmo quando se está diante da responsabilidade civil objetiva, a qual dispensa a culpa, mas não o liame causal (VENOSA, 2010, p. 56).

Sendo assim, analisando o nexo causal sob a ótica objetiva, tem-se que para sua configuração basta a conduta, associada à previsão de responsabilização civil independente de culpa ou pelo exercício de atividade de risco (TARTUCE, 2012, p. 357).

Assevera Bahia que

O nexo de causalidade pode ser considerado, de um modo geral, como o pressuposto mais relevante para a imputação da responsabilidade civil, pois ainda quando o agente tenha praticado uma conduta antijurídica, que tenha gerado risco ou ocasionado um dano, não haverá a imputação se não for possível comprovar a sua causa ou estiver presente algum dos excludentes da responsabilidade civil (BAHIA, 2012, p. 208).

Com o intuito de se estabelecer um critério para aferição do nexo causal, três principais teorias foram formuladas a fim de esclarecer a questão: a teoria da equivalência das condições (*conditio sine qua non*), a teoria da causalidade adequada e a teoria do dano direto e imediato.

A primeira considera como causa do dano todas as condições que concorrem para o resultado. Sob essa ótica, simplifica-se a prova do nexo de causalidade, muito embora esse conceito esteja associado ao inconveniente de se gerar uma linha regressiva infinita, atribuindo a um dano um número infinito de causas.

Já a teoria da causalidade adequada considera que nem todos os eventos que antecederam o dano devem ser computados na aferição do nexo, mas tão somente o antecedente que necessariamente ocasionou a lesão (VENOSA, 2010, p. 57). Para essa teoria, “as causas, além de necessárias, devem estar revestidas de um critério de adequação” (PETEFFI DA SILVA, Rafael, 2013, p. 24).

Segundo a terceira teoria, a do dano direto e imediato, deve haver entre a conduta e o dano uma relação de causa e efeito direta e imediata, ou seja, a causa deve ser necessária. Por força do que dispõe o artigo 403 do Código Civil de 2002¹⁷ - que é claro ao fazer menção apenas a danos diretos e imediatos - afirma-se que ela foi a teoria adotada pelo Código Civil de 2002 (GONÇALVES, 2010, p. 350).

Não só a doutrina, mas também a jurisprudência compartilha desse entendimento, como ficou evidenciado através do emblemático acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário n. 130.764/PR, de relatoria do Ministro Moreira Alves¹⁸.

¹⁷ Lei n. 10.406/2002, Art. 403. *Ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato, sem prejuízo do disposto na lei processual.*

¹⁸ Responsabilidade civil do Estado. Dano decorrente de assalto por quadrilha de que fazia parte preso foragido varios meses antes. - A responsabilidade do Estado, embora objetiva por força do disposto no artigo 107 da Emenda Constitucional n. 1/69 (e, atualmente, no paragrafo 6. do artigo 37 da Carta Magna), não dispensa, obviamente, o requisito, também objetivo, do nexo de causalidade entre a ação ou a omissão atribuída a seus agentes e o dano causado a terceiros. - **Em nosso sistema jurídico, como resulta do disposto no artigo 1.060 do Código Civil, a teoria adotada quanto ao nexo de causalidade e a teoria do dano direto e imediato, também denominada teoria da interrupção do nexo causal. Não obstante aquele dispositivo da codificação**

Em que pese sua indisponibilidade para a configuração da responsabilidade, o nexo causal é o pressuposto mais delicado e mais difícil de ser determinado, principalmente quando relacionado aos danos ambientais, uma vez que nesses casos, frequentemente, há uma pluralidade de causas envolvidas, efeitos sinérgicos oriundos de uma variedade de atividades, mais de um agente poluidor e a indivisibilidade do dano (STEIGLEDER, 2004, p. 197/198).

É nesse mesmo sentido o entendimento de Bahia, para quem

A discussão da autoria plural e da multiplicidade de causas reveste-se de uma importância ainda maior no âmbito da responsabilidade civil por danos ao meio ambiente. Isso ocorre porque o dano ambiental dificilmente é originado por uma única fonte, resultando, frequentemente, de diversas concausas ou causas concorrentes, simultâneas ou sucessivas que interagem entre si para a produção do evento lesivo. Por isso, diz-se que a sua causalidade é complexa ou que há uma ampla dispersão do nexo causal (BAHIA, 2012, p. 217).

Inferre-se, assim, que a determinação do liame de causalidade é um desafio para a seara ambiental, motivo pelo qual diferentes teorias foram desenvolvidas “na busca por efetividade na identificação dos responsáveis e para obter a recuperação dos danos ambientais” (STEIGLEDER, 2004, p. 208).

Conforme mencionado brevemente em oportunidade anterior, a responsabilidade civil objetiva agasalha em seu seio a teoria do risco, ramo em que se defendem diferentes teorias.

As principais teorias discutidas pela doutrina tratam-se da teoria do risco integral e da teoria do risco criado, cuja discussão perpassa a (in)existência de excludentes de responsabilidade no direito ambiental.

Segundo a teoria do risco integral, nem mesmo o nexo de causalidade é necessário, mas apenas uma relação entre fato e dano. Cavalieri Filho resume bem a questão ao pontuar que

civil diga respeito a impropriamente denominada responsabilidade contratual, aplica-se ele também a responsabilidade extracontratual, inclusive a objetiva, até por ser aquela que, sem quaisquer considerações de ordem subjetiva, afasta os inconvenientes das outras duas teorias existentes: a da equivalência das condições e a da causalidade adequada. - No caso, em face dos fatos tidos como certos pelo acórdão recorrido, e com base nos quais reconheceu ele o nexo de causalidade indispensável para o reconhecimento da responsabilidade objetiva constitucional, e inequívoco que o nexo de causalidade inexistia, e, portanto, não pode haver a incidência da responsabilidade prevista no artigo 107 da Emenda Constitucional n. 1/69, a que corresponde o parágrafo 6. do artigo 37 da atual Constituição. Com efeito, o dano decorrente do assalto por uma quadrilha de que participava um dos evadidos da prisão não foi o efeito necessário da omissão da autoridade pública que o acórdão recorrido teve como causa da fuga dele, mas resultou de concausas, como a formação da quadrilha, e o assalto ocorrido cerca de vinte e um meses após a evasão. Recurso extraordinário conhecido e provido (RE n. 130.764/PR, Primeira Turma, rel. Min. Moreira Alves, j. 12/05/1992; grifos inexistentes no original).

A teoria do risco integral é uma modalidade extremada da doutrina do risco destinada a justificar o dever de indenizar até nos casos de inexistência do nexo causal. [...] o dever de indenizar se faz presente tão só em face do dano, ainda nos casos de culpa exclusiva da vítima, fato de terceiro, caso fortuito ou de força maior (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 155).

Pode-se dizer, então, que, pelo risco integral, para o direito ambiental “todo e qualquer risco conexo ao empreendimento deverá ser integralmente internalizado pelo processo produtivo, devendo o responsável reparar quaisquer danos que tenham conexão com sua atividade” (STEIGLEDER, 2004, p. 198). Destarte, como já mencionado na passagem de Cavalieri Filho, tal teoria não admite quaisquer excludentes de responsabilidade (caso fortuito, força maior, culpa da vítima, fato de terceiro), configurando-se, como pontua Édís Milaré, “pelo só fato de existir a atividade da qual adveio o prejuízo” (MILARÉ, 2013, p. 433).

Com fundamento no caráter protetivo conferido ao meio ambiente através da Constituição da República de 1988, há interpretações de que a teoria do risco integral tem respaldo no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez foi instituída

uma verdadeira obrigação de incolumidade sobre os bens ambientais. Ademais, o §1º do art. 14 da Lei nº 6.938/81 faz incidir o regime de responsabilização a qualquer atividade que gere dano ambiental, e não somente às perigosas, como ocorre no art. 927, parágrafo único, do Código Civil (STEIGLEDER, 2004, p. 198/199).

Outrossim, a adoção da teoria do risco integral é também tida como uma forma de flexibilizar a configuração do liame de causalidade, uma vez que as causas dos danos ambientais podem ser resultado de várias condutas e os efeitos são de ordem múltipla (VIANNA, 2004, p. 104-106). Sob esse aspecto, percebe-se sua proximidade com a teoria da *conditio sine qua non*, abordada mais acima.

Além disso, José Rubens Morato Leite e de Patrick de Araújo Ayala asseveram que, para quem adota esse entendimento,

A Constituição Brasileira e a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente trazem um regime especial de responsabilidade ao degradador e não dispõem acerca de qualquer exclusão da obrigação de reparar o dano ecológico (caso fortuito, força maior, proveito de terceiro, licitude da atividade, culpa da vítima). Desta forma, o agente poluidor deve assumir integralmente todos os riscos que advém de sua atividade, por tratar-se da socialização do risco. Mais do que isto, a teoria do risco integral pelo dano ambiental funda-se no princípio da equidade, pois aquele que lucra com uma atividade deve responder pelo risco ou desvantagem dela resultante (LEITE; AYALA, 2012, p. 198).

No entanto, é possível visualizar uma posição intermediária em seu entendimento, uma vez que admitem que a responsabilidade do agente é exonerada quando: “a) o risco não foi criado; b) o dano não existiu; c) o dano não guarda relação de causalidade com aquele que criou o risco” (LEITE; AYALA, 2012, p. 199)¹⁹, admitindo como excludentes a força maior e o fato de terceiro.

Já a teoria do risco criado, em oposição à do risco integral, admite excludentes de responsabilidade, as quais têm o condão de romper o nexo causal. Segundo essa teoria, “responde civilmente aquele que, por sua atividade ou por sua profissão, expõe alguém ao risco de sofrer um dano” (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 154) e procura-se “vislumbrar, dentre todos os fatores de risco, apenas aquele que, por apresentar periculosidade, é efetivamente apto a gerar as situações lesivas” (STEIGLEDER, 2004, p. 198).

Colaborando com a compreensão do tema, Rui Stoco assim sintetiza a teoria:

é aquela na qual o agente responde em razão do risco ou perigo que a atividade exercida apresenta, ou seja, aquele que, em razão de sua atividade ou profissão cria um perigo ou expõe alguém ao risco de dano. Nesta teoria a responsabilidade não está conectada a um proveito ou lucro, mas apenas à consequência da atividade em geral, de sorte que a ideia do risco passa a conectar-se a qualquer atividade humana que seja potencialmente danosa para outros, como na previsão do parágrafo único do art. 927 do CC (STOCO, 2007, p. 161/162).

Posto que não haja um posicionamento unânime na doutrina ou jurisprudência quanto à adoção de uma ou outra teoria no Direito Ambiental “prevalece o entendimento de que os fatos excludentes de causalidade não elidem a responsabilidade civil quando se trata de interesses difusos e de meio ambiente” (BAHIA, 2012, p. 256), indo de encontro com o que prepondera no Direito Civil (PEREIRA, 2001, p. 284), o que voltará a ser abordado mais adiante.

Édis Milaré compartilha do mesmo entendimento exposto por Carolina Bahia em sua tese de doutorado como aquele que prevalece no posicionamento doutrinário, ou seja, aceita a teoria do risco integral, pontuando que, assim, o poluidor contribui para reparar o dano ambiental, ainda que presentes clássicas excludentes de responsabilidade (MILARÉ, 2013, p. 434).

Além da atenuação da prova do liame de causalidade, outro ponto que merece atenção é a possibilidade de inversão do ônus da prova.

¹⁹ Tal entendimento também é compartilhado por Annelise Monteiro Steigleder (2004, p. 212).

Mesmo havendo facilitações à prova do nexo causal, ainda assim, questões complexas dificultam sua determinação segura, sejam, técnicas, financeiras, jurídicas, temporais. Dessa maneira, considera-se que uma outra forma eficiente de auxiliar nessa questão é a inversão do ônus da prova, a exemplo do que ocorre nas relações de consumo (MILARÉ, 2013, p. 430).

Como bem observa Luciana Stocco Betiol, nas demandas ambientais, as limitações na identificação da dimensão dos danos causados ao meio ambiente, a origem múltipla e simultânea de danos ambientais, o transcorrer do tempo e a atuação silenciosa e contínua dos efeitos dos danos são exemplos de dificuldades encontradas na determinação da relação de causalidade referente às demandas ambientais (BETIOL, 2010, p. 181/182).

Nesses casos em que há a inversão probatória, o suposto agente é quem deve provar sua completa desvinculação com o dano ocorrido. Isso porque, muito embora não haja previsão legal para tanto, certos bens constitucionalmente protegidos, tal qual o meio ambiente, demandam um tratamento mais atento, sob pena de ser permitida a concretização de violações a eles. Com efeito, o Poder Judiciário já vem reconhecendo tal necessidade e abordando os casos concretos sob esse viés²⁰.

De tal maneira, a fim de atender às intenções do legislador e às necessidades oriundas da sociedade de risco, bem como reparar integralmente o meio ambiente, a prova do nexo causal entre a atividade e o dano ambiental acaba sendo flexibilizada ou invertida (LEITE; AYALA, 2012, p. 199), conforme exposto ao longo desse tópico.

1.4.2 O dano ambiental

Outro elemento essencial para a configuração da responsabilidade civil é a ocorrência de um dano, ou seja, a obrigação de ressarcir só se concretiza quando há o que reparar. Assim, dano e nexo de causalidade são elementos que determinam a existência de responsabilidade civil ambiental.

Em um conceito amplo, o dano é a diminuição ou a subtração de um bem jurídico. Destarte, “vem a ser a lesão, a ofensa, a agressão a um bem jurídico ou a um interesse juridicamente relevante” (VIANNA, 2004, p. 127) e, por ser um prejuízo injusto causado a outrem, gera o obrigação de ressarcimento (ANTUNES, 2012, p. 322).

²⁰ Sobre o assunto, BAHIA, 2012, p. 321 e seguintes.

Nos casos dos danos ambientais, esse bem jurídico é o meio ambiente, o que implica delimitações peculiares ao conceito de dano sob essa ótica, principalmente porque a avaliação dessas lesões perspassam diferentes áreas de estudos, demandando a presença de uma equipe multidisciplinar para tanto (STEIGLEDER, 2004, p. 128).

Sinteticamente, pode-se afirmar que dano ambiental configura uma violação ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, inscrito no artigo 225, *caput*, de nossa Carta Maior e, assim sendo, não preenche os requisitos tradicionais, pois se está diante “de um bem incorpóreo, imaterial, autônomo, de interesse da coletividade” (LEITE; AYALA, 2012, p. 95).

Porém, necessário verificar também que os eventos danosos ao meio ambiente são “a resultante de atividades que, de maneira direta ou indireta, causem degradação ao meio ambiente (=qualidade ambiental) ou de um ou mais de seus componentes” (MILARÉ, 2013, p. 427), o que gera grandes dificuldades à sua delimitação.

Atento a todas essas nuances, Paulo de Bessa Antunes propõe que dano ambiental “é a ação ou omissão que prejudique as diversas condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permita, abrigue e reja a vida, em quaisquer de suas formas” (ANTUNES, 2012, p. 323).

Tais dificuldades não foram despercebidas pelo legislador, razão pela qual não definiu expressamente o que é dano ambiental, trazendo, entretanto, na Lei n. 6.938/1981, os conceitos de degradação ambiental, considerada como “a alteração adversa das características do meio ambiente” (artigo 3º, II) e de poluição (artigo 3º, III)²¹, ambos utilizados como ponto de apoio para se precisar o que se entende por dano ambiental (VIANNA, 2004, p. 128).

Importante salientar ainda o chamado conteúdo ambivalente da expressão “dano ambiental”,

que designa, certas vezes, alterações nocivas ao meio ambiente e outras, ainda, os efeitos que tal alteração provoca na saúde das pessoas e em seus interesses. Dano ambiental significa, em uma primeira acepção, uma

²¹ Lei n. 6.938/1981, Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

[...]

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

alteração indesejável ao conjunto de elementos chamados meio ambiente, como, por exemplo, a poluição atmosférica; seria, assim, a lesão ao direito fundamental que todos têm de gozar e aproveitar do meio ambiente apropriado. Contudo, em sua segunda conceituação, dano ambiental engloba os efeitos que esta modificação gera na saúde das pessoas e em seus interesses (LEITE; AYALA, 2012, p. 92).

Desse modo, como afirma Carolina Medeiros Bahia,

pode-se compreender a ampla abrangência que o dano ambiental alcança hoje, não se restringindo aos componentes materiais, alcançando também elementos imateriais, como as condições, relações e interações entre os seus componentes, que dão suporte ao equilíbrio ecológico (*in* LEITE, 2012, p. 62).

Com efeito, conceitos que descrevem o dano ambiental como mera infração ou ilícito ambiental não bastam “para a compreensão completa e profunda desse fenômeno” (SILVA, 2006, p. 95). Em continuidade ao estudo do dano ambiental, suas particularidades serão melhor abordadas no item a seguir.

1.4.2.1 Características peculiares do dano ambiental

Além das peculiaridades já mencionadas acima, outras precisam ser destacadas, principalmente em razão das dificuldades que geram à reparação integral do dano e pelo fato de o próprio bem jurídico tutelado – o meio ambiente – guardar, por si só, suas particularidades, como sua natureza difusa e de propriedade coletiva.

A primeira delas é o caráter transfronteiriço e extraterritorial dos danos ambientais. Destarte, “a degradação do meio ambiente não tem fronteiras, e os efeitos provenientes da lesão ambiental nem sempre ficam restritos ao território de um único Estado” (SILVA, 2006, p. 158).

Em segundo lugar, menciona-se a complexidade da prova do dano, principalmente porque, como alerta Steigleder, “os efeitos da contaminação são complexos e variam em intensidade e imediação” (STEIGLEDER, 2004, p. 128 e 146).

A impessoalidade do dano ambiental também deve ser lembrada, já que não há uma ou algumas vítimas concretas e identificáveis, capazes de pleitear pessoalmente a reparação; mas, sim, lesões “à qualidade de vida e outros valores, que não são exclusivos de ninguém, pois pertencem a todos” (LEITE; AYALA, 2012, p. 98).

Outrossim, importante considerar que os danos ao meio ambiente são imprescritíveis, sendo eles progressivos ou continuados no tempo. Como visto anteriormente, a titularidade do meio ambiente é difusa e impor aos danos a esse bem as regras tradicionais

da prescritibilidade seria uma forma de penalizar a sociedade e as futuras gerações pela inércia dos legitimados ao exercício de sua defesa (STEIGLEDER, 2004, p. 157).

Quanto às atividades lícitas, ressalta-se que nem mesmo elas, que observam todos os padrões estabelecidos nas normas e licenças ambientais, ficam imunes à possibilidade de causar um dano ao meio ambiente e, por consequência, serem obrigadas a reparar o dano advindo de sua atividade. Daí que a licitude da atividade não constitui exclusão da responsabilização civil ambiental (STEIGLEDER, 2004, p. 129).

Um fator bastante agregado a isso são os efeitos sinérgicos da poluição. Isto é, substâncias que isoladamente não se caracterizam como poluentes, quando combinadas com outras oriundas de fontes diversas acabam por serem capazes de causar degradação ambiental (SILVA, 2006, p. 96).

Nesse mesmo sentido, interessante notar também que há alterações do meio ambiente que são consideradas socialmente toleráveis, sendo necessário encontrar o linha que divide o uso do abuso do direito de usufruir desse bem e anormalidade da qual decorre o dano (LEITE; AYALA, 2012, p. 97).

Os danos ambientais ainda apresentam como peculiaridade sua irreversibilidade, “pois, uma vez degradado, é quase impossível que o ambiente retorne ao estado anterior e as medidas de recuperação ambiental são difíceis do ponto de vista técnico e apresentam um custo elevado para a realização” (BAHIA, 2012, p. 149).

Por fim, a última característica que se menciona, ainda que se esteja longe de esgotar o tema, é a dificuldade em se apurar a imputação da causalidade, já tratada em tópico específico.

Relacionando-se justamente com essa última característica, que está diretamente ligada aos vários agentes e fontes causadores de danos ambientais, chegamos ao assunto que será tratado no tópico seguinte, que discorre acerca dos sujeitos responsáveis por danos ambientais e a responsabilidade solidária entre eles.

1.5 O SUJEITO RESPONSÁVEL

Consoante mencionado em oportunidade anterior, a responsabilidade civil ambiental encontra dificuldades relacionadas com a determinação do autor do dano, seja pela pluralidade de ações, seja pela pluralidade de sujeitos envolvidos.

A legislação brasileira considera como responsável pelos danos ambientais o poluidor, isto é, “a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade de degradação ambiental” (artigo 3º, IV, da Lei n. 6.938/1981).

Baseando-se em tal dispositivo, tem-se que o amplo conceito definidor do vocábulo busca inserir como causador de danos ambientais todos aqueles que direta ou indiretamente com eles contribuem, razão pela qual se conclui que “todos os que participaram da conduta danosa ao meio ambiente devem ser responsabilizados solidariamente” (VENOSA, 2010, p. 249).

Conforme ressalta Carolina Bahia, esse já vem sendo o posicionamento jurisprudencial, ainda que não exista disposição expressa nesse sentido nas normas de cunho ambiental (BAHIA, 2012, p. 103).

Tendo em vista tudo que já foi exposto, quando se está diante de uma pluralidade de poluidores, a responsabilização solidária de todos eles é a maneira mais próxima de conseguir a reparação integral do meio ambiente, o que se justifica também pelo fato de que muitas vezes “não é possível estabelecer com precisão a contribuição causal de cada uma das fontes geradoras da contaminação” (STEIGLEDER, 2004, p. 218).

Nesse sentido, de acordo com o artigo 942 do Código Civil de 2002, “se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação”, ou seja, considerando a indivisibilidade do dano ambiental²², uma vez estabelecido o nexos causal entre os causadores do dano, “todo aquele que, por razões múltiplas, se encontrar envolvido com a conduta ensejadora do dano ambiental será obrigado, por força da regra da solidariedade, a responder pela indenização” (VIANNA, 2004, p. 111).

Além disso, importante destacar que cada um será obrigado a reparar integralmente o dano, podendo “ser demandados tanto o causador direto quanto como o indireto, ou ambos concomitantemente” (MILARÉ, 2013, p. 435), cabendo ação de regresso àquele que pagar integralmente pelo dano.

Dentre os poluidores indiretos, ganhará destaque no capítulo seguinte o papel exercido pelas instituições financeiras na concorrência das causas dos danos ambientais e sua responsabilização civil.

²² Consoante o artigo 258 do Código Civil de 2002, “A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico”.

2 A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DIANTE DE DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS POR EMPREENDIMENTOS POR ELAS FINANCIADOS

Conforme já mencionado anteriormente, uma das principais diferenças da responsabilidade civil ambiental reside no fato de que assume também um viés preventivo e precaucionista, e não apenas reparador. Sendo assim, trata-se de um típico direito de risco, de modo que o foco da responsabilidade civil ambiental, além da reparação, passa a ser também a produção de riscos.

A fim de abranger preocupações como essas, a lei que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente – Lei n. 6.938/1981 – estabeleceu em seu artigo 3º que também aqueles que indiretamente concorreram para o dano são por ele responsáveis, dando ao conceito de poluidor uma interpretação muito mais ampla.

Nesse contexto de produção de riscos e de responsabilidade do poluidor indireto é que se insere a responsabilização das instituições financeiras por danos ambientais. Elas, enquanto financiadoras de empreendimentos, revelam-se importantes pilares para o desenvolvimento econômico e, nessa medida, exercem papel fundamental na prevenção de riscos e desenvolvimento sustentável. É o que será exposto a seguir.

2.1 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

O artigo 225 da Constituição da República determina expressamente que cabe tanto ao Poder Público quanto à coletividade zelar pela defesa e preservação do meio ambiente. Trata-se de um dever geral incumbente a todos que ganha um viés mais específico no já mencionado artigo 170 e também no artigo 192²³, que trata do Sistema Financeiro Nacional.

Referido dispositivo

reforça a inclusão dos integrantes do sistema financeiro nacional como expressamente obrigados a atuar na defesa do meio ambiente, uma vez que impõe que ‘o sistema financeiro nacional estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da

²³ CRFB/1988, Art. 192. *O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.*

coletividade, em todas as partes que o compõem' vinculando as atividades financeiras à função social, sobressaindo a dimensão ambiental na interpretação sistemática dos artigos 170, incisos III e VI²⁴, 192 e 225 da Constituição Federal [...] (RASLAN, 2012, p. 213).

Destarte, como visto, as instituições financeiras estão constitucionalmente obrigadas a atender deveres jurídicos relacionados à proteção do meio ambiente.

Essas instituições vêm definidas pela Lei n. 4.595/1964²⁵ e têm como principal objetivo a circulação de crédito, instrumentalizada, principalmente, por contratos bancários (COELHO, 2011, p. 492). Estes, por sua vez, podem ser de várias naturezas²⁶, o que está intimamente ligado à aplicação, ou não, da responsabilidade civil ambiental ao conessor do crédito.

Dentre essas modalidades, o mútuo bancário, que compreende os empréstimos e os financiamentos, sempre teve grande destaque, como se denota da passagem de Caio Mário, a qual pontua que

no âmbito do mútuo foi que se desenvolveu extremamente o comércio bancário. Além das modalidades comuns, de empréstimo por desconto de título à ordem, adquiriram grande incremento o contrato de financiamento, a abertura de crédito e a conta corrente. No contrato de financiamento, o banco obriga-se a fornecer numerário em parcelas na medida das necessidades de custeio, ou de atendimentos de compromisso do devedor, resultantes de negócio determinado (construção de prédio, execução de empreitada etc.) (PEREIRA, 2001, p. 354).

A principal distinção entre as duas modalidades de mútuo – empréstimo e financiamento –, consiste na existência, ou não, de destinação específica dos recursos obtidos na operação celebrada com a instituição financeira. Enquanto o contrato de empréstimo não vincula o uso dos recursos, o contrato de financiamento é “aquele mútuo bancário em que o mutuário assume a obrigação de conferir ao dinheiro emprestado uma determinada finalidade, como, por exemplo, investir no desenvolvimento de uma atividade econômica ou adquirir a casa própria” (COELHO, 2011, p. 501).

Assim, tal diferenciação é bastante importante quanto a seus efeitos sobre o dever de cautela da instituição financeira quando da concessão de crédito, visto que é no

²⁴ CRFB/1988, Art. 170. *A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] III - função social da propriedade; [...] VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;*

²⁵ Lei n. 4.595/1964, Art. 17. *Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.*

²⁶ Nesse sentido, ver COELHO, 2011, p. 492 e seguintes.

financiamento que seu papel na aplicação dos recursos é mais evidente, o que confere aos financiadores a prerrogativa de proceder a medidas que os resguardem e assegurem a correta destinação do crédito (COELHO, 2011, p. 501).

Portanto, quando se trata de concessão de recursos que são aplicados em atividades potencialmente poluidoras, a cautela das instituições financeiras ao celebrar o contrato de financiamento não pode ser equiparada aos seus deveres quando se está diante de um empréstimo. Isso porque essas diferenças das modalidades de mútuo bancário refletem diretamente na configuração do nexo causal entre a ação ou omissão da instituição financeira e o risco criado.

Somente no financiamento podem ser adotados padrões objetivos para evitar o nexo de causalidade entre a atividade da instituição financeira e o risco criado, que pode culminar em um dano advindo do projeto financiado e é exatamente sob esta ótica que Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida afirma

que as instituições financeiras, principais agentes financiadores do processo produtivo, cumprem um papel decisivo na prevenção do dano ambiental e no trato das questões sociais correlatas [...] o momento da concessão do crédito é estratégico para ser exigido do empreendedor e do órgão licenciador o adequado cumprimento das normas ambientais e a adequada implementação dos clássicos instrumentos de comando e controle preventivos: as avaliações de impacto, o licenciamento ambiental, os padrões ambientais estabelecidos, entre outros (*in* OLIVEIRA; SAMPAIO, 2012, p. 116/117).

Possível considerar, desse modo, que a concessão de crédito através de contrato que tenha por objeto financiar obras e atividades que utilizem recursos ambientais, capazes de gerar externalidades efetiva ou potencialmente poluidoras, faz dessa atividade financeira um meio que facilita ou propicia a execução de empreendimentos possivelmente degradadores, o que inclui as instituições financeiras “no conjunto daqueles atores sociais que poderão ser responsabilizados pela prática de danos ambientais, ainda que de forma indireta” (RASLAN, 2012, p. 230).

Dessa maneira, inseridos em um contexto de sociedade de risco e de uma economia bastante aquecida no cenário mundial²⁷ e, tendo em vista (i) que o Sistema Financeiro Nacional deve ser estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade; (ii) que a ordem econômica brasileira dever

²⁷ Acerca do contexto atual brasileiro, Antonio Augusto Rebello Reis cita os intensos investimentos nacionais e estrangeiros, principalmente relacionados às obras de infraestrutura em andamento ou programadas para os próximos anos – dentre elas, os empreendimentos para exploração e produção de petróleo e gás na camada pré-sal, aquelas inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento e eventos como a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (*in* SAMPAIO *et al*, 2011, p. 459).

atender como princípio a proteção do meio ambiente; e (iii) que compete a toda a coletividade o dever geral de defesa do meio ambiente previsto no *caput* do artigo 225 da CRFB (REIS *in SAMPAIO et al.*, 2011, p. 470), passarão a ser expostas as particularidades da responsabilidade civil ambiental dos agentes financiadores enquanto poluidores indiretos.

2.2 O RISCO CRIADO E O ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE CAUSADOR INDIRETO

De acordo com Código Civil de 2002, o responsável indireto responde objetivamente pelos atos praticados pelo causador direto. Por isso, o indireto aparece na esfera da responsabilidade objetiva, diferentemente do que ocorre com o causador direto, para o qual, via de regra, aplica-se a responsabilidade subjetiva.

Segundo Rui Stoco, o regime anterior de responsabilidade civil, bastante atrelado à noção de necessidade de culpa, falava em culpa presumida do causador indireto, sendo esta a maneira encontrada para se “afirmar a responsabilidade civil, sem a necessidade de provar a conduta culposa do agente, mas sem repelir o pressuposto subjetivo da doutrina tradicional” (STOCO, 2007, p. 156).

Com efeito, a chamada culpa presumida trata-se de uma espécie de “objetivação da culpa”, isto é, o conceito se distancia do elemento subjetivo para se agregar à ideia de violação de parâmetros objetivos de conduta. Ou seja, é a responsabilidade objetiva acompanhada de *standards* de prova de cuidado.

Com as mudanças ocorridas na responsabilidade civil após a adoção do modelo objetivo e o foco na reparação do dano, o ônus, que antes recaía sobre a vítima por não haver conduta culposa, passou a ser do próprio responsável indireto pelo risco causado quando estiver demonstrada a violação ao dever de segurança que lhe incumbe.

Sobre isso, Sergio Cavalieri Filho ressalva que também em sede de responsabilidade objetiva o dever de indenizar tem por fundamento a violação de um dever jurídico. Para ele, “a responsabilidade objetiva exsurge quando a atividade perigosa causa dano a outrem, o que evidencia ter sido ela exercida com violação do dever de segurança, que se contrapõe ao risco” (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 155) e o dever jurídico violado, no caso da responsabilidade objetiva, será “normalmente o dever de segurança que a lei estabelece, implícita ou explicitamente, para quem cria risco” (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 155).

O possível causador indireto tem, portanto, o dever de demonstrar que ele não causou o risco decorrente de um dever legal de segurança que supostamente o conecta ao evento danoso e, conseqüentemente, transforma a sua atividade em potencialmente causadora de danos.

É com base nesse entendimento, e, no caso de danos ambientais, por força do próprio texto da Lei n. 6.938/1981 – que incluiu aqueles que indiretamente concorreram para o dano como responsáveis independentemente de culpa – que a maior parte da doutrina não contesta a objetividade da responsabilização do causador indireto, desde que haja prova do dano e existência de nexo causal entre violação de um dever de cuidado e a criação de riscos que podem levar à ocorrência de lesão a um bem jurídico (LEAL *in* SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 506)²⁸. Assim, não haveria razão para se falar em responsabilização subjetiva do indireto, visto que a responsabilização objetiva pelo risco, segundo esse entender, não está atrelada a uma conduta culposa, mas ao resultado danoso²⁹.

Caso os pretensos causadores indiretos demonstrem que agiram conforme o dever legal a eles imposto e, dessa forma, evitaram o risco e internalizaram os custos de prevenção, eles não se enquadram na categoria de responsáveis indiretos pelo dano. É o caso das instituições financeiras, para as quais a adoção de *standards* de controle do risco não permite que sejam responsabilizadas indiretamente pelos danos causados ao meio ambiente por empreendimentos por elas financiados, visto que sequer cumpriram os “requisitos” necessários para serem enquadradas enquanto poluidores indiretos.

O que há de ser verificado, então, é se existe nexo de causalidade entre a violação de um dever de cuidado e controle do risco e a criação de riscos que conduzam à efetiva ocorrência do evento danoso e se a conduta do agente decorrente do dever legal de controlar os riscos é ou não causa do evento danoso.

O ônus de demonstrar que adotou medidas de precaução e controle do risco que legalmente eram esperadas é do indireto. Nesses casos, ele não deverá ser responsabilizado,

²⁸ No entanto, destoa desse entendimento o levantado por Toshio Mukai para quem a responsabilização das instituições financeiras – possíveis poluidores indiretos – é subjetiva (*in* COUTINHO; AHMED, 2011, p. 196).

²⁹ Nesse sentido, cita-se o entendimento de Anderson Schreiber ao dispor que “a construção do risco como fundamento exclusivo da responsabilidade objetiva parece dirigida a anseios de imputação subjetiva que, hoje, já não se mostram tão necessários. Verifica-se uma crescente conscientização de que a responsabilidade objetiva consiste em uma responsabilização não pela causa (conduta negligente, conduta criadora de risco etc.), mas pelo resultado (dano), distanciando-se, por conseguinte, de considerações centradas sobre a socialização dos riscos, para desaguar em uma discussão mais finalística sobre a socialização das perdas.”

visto que sua conduta não guarda relação com a criação do risco e, consequentemente, do dano.

2.3 A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL AMBIENTAL DO POLUIDOR INDIRETO

Diferentemente do que ocorre com os agentes indiretos elencados pelo Código Civil de 2002, a Lei n. 6.938/1981, ao introduzir ao direito ambiental o poluidor indireto, deixou de definir a extensão desse conceito.

Para o direito civil, muito embora, via de regra, a responsabilidade seja de caráter pessoal, ou seja, aquele que causa prejuízo a outrem tem o dever de repará-lo, a verdade é que há casos em que outras pessoas podem responder “não pelo ato próprio, mas pelo ato de terceiro ou pelo fato das coisas ou animais” (GONÇALVES, 2010, p. 115). É o caso dos sujeitos previstos nos incisos do artigo 932 e artigos 936, 937 e 938 do Código Civil de 2002³⁰.

Tais dispositivos preveem que, diante de situações que, a princípio, poderiam ficar sem reparação, aplica-se a chamada “responsabilidade indireta”. Destarte, para que a

justiça se faça, é necessário levar mais longe a indagação a saber se é possível desbordar da pessoa causadora do prejuízo e alcançar outra pessoa, à qual o agente esteja ligado por uma relação jurídica e, em consequência, possa ela ser convocada a responder (PEREIRA, 2001, p. 93).

Sem contar com um rol de possíveis poluidores indiretos, a lei que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente deu margem para que doutrina e jurisprudência em matéria ambiental, pautadas na proteção constitucional ao meio ambiente em meio à sociedade de risco, ampliassem o conceito de poluidor indireto (LEAL *in* SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 520), como será visto em julgado do Superior Tribunal de Justiça estudado mais adiante.

³⁰ Lei n. 10.046/2002, Art. 932. *São também responsáveis pela reparação civil:*

I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;

II - o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;

III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

IV - os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;

V - os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

Art. 936. *O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.*

Art. 937. *O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.*

Art. 938. *Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.*

Acerca da ampla abrangência atribuída ao vocábulo, Antunes alerta que

a *excessiva* ampliação do conceito de poluidor indireto pode implicar uma verdadeira *indução à não responsabilização* dos proprietários de atividades poluentes que, de uma forma ou de outra, se encontrem vinculados a cadeias produtivas maiores, haja vista que a responsabilidade se transferirá automaticamente para aquele que detenha maiores recursos econômicos [...] (ANTUNES, 2012, p. 297).

Por isso, importante abordar a extensão do conceito a fim de que o verdadeiro objetivo da responsabilidade civil ambiental não perca seu propósito precaucionista e haja segurança jurídica para todos aqueles que de alguma forma, mesmo que extremamente remota, estejam conectados aos acontecimentos que antecederam o dano.

Considerando a conotação mais aceita para o vocábulo, entende-se que os poluidores indiretos são sujeitos que, de alguma maneira e em algum momento, facilitaram ou viabilizaram a ocorrência do dano, sendo, portanto, civilmente responsáveis por sua reparação, mesmo que estejam apenas indiretamente ligados a ele, sendo indispensável a configuração do nexo causal entre a concessão de crédito – para o caso das instituições financeiras – e o dano ambiental, ou seja, a criação do risco (LEAL *in* SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 505).

Contrariamente ao que ocorre com os poluidores diretos, que exercem atividades potencialmente poluidoras, as instituições financeiras, enquanto possíveis poluidoras indiretas, não exercem atividades que, por si só, criam riscos ao meio ambiente. Isso se diz porque o financiamento, sozinho, não é capaz de causar um dano ambiental.

Como bem pontua Guilherme Leal,

o financiamento, em si, não é uma atividade que, por sua natureza, cria risco ao meio ambiente, sendo relevante, em termos causais e para fins de responsabilização civil, apenas se o aporte de recursos financeiros desconsiderar o cumprimento, pelo financiado, das normas ambientais aplicáveis à sua atividade, especialmente as relativas ao financiamento ambiental (*in* SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 525).

Ou seja, há uma clara distinção entre a atividade exercida por poluidor direto e por poluidor indireto, fato que não deve passar despercebido aos olhos dos tribunais pátrios.

No entanto, ao analisar caso emblemático de relatoria do Ministro Herman Benjamin que chegou ao Superior Tribunal de Justiça, a Segunda Turma equiparou para todos os efeitos poluidores diretos a poluidores indiretos.

Nesse sentido, vejam-se as passagens colhidas do aresto mencionado:

O conceito de poluidor, no Direito Ambiental brasileiro, é amplíssimo, confundindo-se, por expressa disposição legal, com o de degradador da qualidade ambiental, isto é, toda e qualquer “pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental” (art. 3º, IV, da Lei 6.938/1981) [...]

Para o fim de apuração do nexo de causalidade no dano urbanístico-ambiental e de eventual solidariedade passiva, **equiparam-se quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem não se importa que façam, quem cala quando lhe cabe denunciar, quem financia para que façam e quem se beneficia quando outros fazem** (STJ, REsp n. 1.071.741 / SP, Segunda Turma, rel. Min. Herman Benjamin, j. 24/03/2009)³¹.

Com tal argumentação e, considerando que em sede de responsabilidade civil ambiental a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça aplica a responsabilidade civil objetiva baseada na teoria do risco integral³², pode-se concluir que mesmo os poluidores indiretos estariam sujeitos à responsabilidade pelo risco integral, sem a admissão de quaisquer excludentes de responsabilidade.

No entanto, a aplicação dessa teoria do risco, nos mesmos moldes em que vem sendo aplicada aos poluidores diretos, não é o que parece mais razoável ao se examinar a questão (REIS *in* SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 472).

Muito embora o teor do julgado equipare várias figuras ao poluidor indireto – quem não faz quando deveria fazer, quem não se importa que façam, quem cala quando lhe cabe denunciar, quem se beneficia quando outros fazem e quem financia para que façam –, somente este último será analisado mais detidamente a seguir³³.

Com efeito, no que tange aqueles que “financiam para que façam”, diante da ausência de potencial poluidor decorrente do financiamento isoladamente, necessária a configuração de ato comissivo ou omissivo específico que crie o risco na atividade exercida pelas instituições financeiras – inexistente de plano – e, com isso, vincule o agente financiador ao dano em decorrência da atividade do financiado (LEAL *in* SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 225), como explicado anteriormente.

Todavia, antes de se adentrar nos deveres de cautela atinentes aos agentes financiadores para evitar a criação de riscos que possam conectar o financiamento ao dano ambiental, é importante que se ressalte a inaplicabilidade da teoria do risco integral aos poluidores indiretos – em especial às instituições financeiras.

³¹ Nesse mesmo sentido, vejam-se o REsp n. 650.728/SC e REsp n. 1.090.968/SP.

³² Como exemplos recentes, citam-se: REsp 1.374.342/MG, AgRg no AREsp 92.652/PR, EDcl no REsp 1.346.430/PR e REsp 1.114.398/PR.

³³ Sobre todos os conceitos trazidos pelo julgado, ver LEAL *in* SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 521-526.

Em que pese a aplicação da teoria do risco integral não ser unanimidade (VIANNA, 2004, p. 101/102), a verdade é que vem sendo amplamente aplicada na jurisprudência, conforme mencionado anteriormente.

Assim, sem analisar as possíveis incongruências encontradas na aplicação da teoria do risco integral em matéria ambiental, parte-se à exposição de motivos para sua inaplicabilidade aos poluidores indiretos.

Primeiramente, isso se diz, pois, caso se aplicasse a teoria do risco integral, agregada à teoria da equivalência de condições, estaríamos diante de uma “‘regressão quase infinita’, sem critérios claros para a identificação de um responsável” (LEAL *in* SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 527), trazendo uma grande insegurança jurídica àqueles que fizeram parte, em algum momento, da cadeia de acontecimentos que antecederam o dano, como os fornecedores de insumos para obras³⁴, por exemplo.

Ademais, caso essas teorias tivessem sido adotadas, seria totalmente irrelevante a existência da responsabilidade indireta, já que nada a diferenciaria da direta.

Outrossim, a adoção de uma teoria que impede a admissão de excludentes de responsabilidade e prescinde até mesmo do nexo causal faria cair por terra os reais propósitos da responsabilização ambiental: a internalização das externalidades negativas, questão que já foi abordada no capítulo anterior.

Notadamente,

a responsabilização indiscriminada de agentes financiadores por danos ambientais tem, em regra, efeito significativamente redutor (ou ao menos “encarecedor”) sobre a oferta do crédito no país e [...] tal impacto, em última análise, afeta a sociedade como um todo (REIS *in* SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 469).

Isso significa que, na hipótese de inexistirem excludentes de causalidade, sendo aplicada a teoria do risco integral aos poluidores indiretos, não haverá razão para que se preocupem em cumprir seu dever de cuidado, uma vez que, sem controle da atividade poluidora, nada têm a fazer para reduzir a possibilidade de ocorrência de danos.

³⁴ Responsabilizar tais indivíduos seria semelhante ao exemplo citado por Anderson Schreiber para demonstrar a ampliação ilimitada das causas e condições que potencialmente poderiam reclamar a responsabilização de um agente pelo dano produzido. Pelo exemplo do autor, seria “partícipe do adultério, o próprio marceneiro que fabricou o leito no qual se deitou o casal amoroso” (SCHREIBER, 2011, p. 55).

Além disso, da passagem também se colhe que o ajuste decorrente dessa responsabilidade inafastável será, inevitavelmente, no preço ou na restrição das atividades de concessão de crédito.

Sobre esse assunto, importante destacar que a aplicação do risco integral para a atividade das instituições financeiras faria com que a responsabilização dos financiadores causasse transtornos ao sistema financeiro, “com consequente retração na oferta de créditos” (GRIZZI *et al.*, 2003, p. 257).

Desse modo, seria dispensando ao meio ambiente um tratamento de “bem absoluto” a ponto de negar a sua ponderação com outros interesses. No entanto, como bem assinala Marcelo Buzaglo Dantas em sua tese de doutorado, não é esse o melhor entendimento, vez que

não há direitos absolutos, sendo que os interesses defendidos por um grupo, por mais legítimos que sejam, nem sempre irão prevalecer sobre outro(s) interesse(s), estes que, por sua vez, também poderão ser mitigados em determinadas situações (DANTAS, 2012, p. 181).

De nada adiantaria, portando, buscar ampliar dessa maneira o alcance da teoria do risco integral.

Com efeito, a teoria do risco criado se amolda com maior propriedade ao que a responsabilidade civil ambiental se propõe, de modo que a responsabilização do poluidor indireto depende de dois elementos principais, que consistem na existência (i) de vínculo jurídico entre aquele que concorreu indiretamente para o dano e o autor do ato ilícito e (ii) do dever de cuidado e de controle de riscos (SCHREIBER, 2011, p. 186).

Importante ressaltar que o próprio Superior Tribunal de Justiça transparece, em passagens de decisões sobre poluidor indireto, o entendimento de que o indireto é responsável pelo risco criado. É o caso do já citado Recurso Especial n. 1.071.741 / SP, no qual se afirma que é “forçoso reconhecer a responsabilidade solidária do Estado [poluidor indireto] quando, devendo agir para evitar o dano ambiental, mantém-se inerte ou age de forma deficiente ou tardia” (p. 32). Foi reconhecido, assim, que ação ou omissão do agente indireto criou um risco e, por isso, foi considerado solidariamente responsável, visto que cumpriu os requisitos para se enquadrar na qualidade de poluidor indireto: o nexo entre ação/omissão e risco criado e o dano.

Sendo assim, caso o agente financiador cumpra todos os deveres de cuidado e de controle de riscos que lhe incumbem – assunto abordado no tópico anterior e que,

especialmente para as instituições financeiras será melhor abordado em seguida – não há que se falar em nexo de causalidade entre a ação ou omissão da instituição financeira e a criação de riscos capazes de gerar um dano. Ou seja, o financiador, nesses casos, não se enquadra na qualidade de poluidor indireto, pois o financiamento, nessa hipótese, não se torna uma atividade de risco e, portanto, não foi uma das causas que contribuíram para a existência do dano.

Negar o cumprimento do dever de cuidado, que implica ausência de riscos do financiamento, como hipótese de não enquadramento do financiador como causador indireto do dano, seria aplicar a teoria da equivalência de condições, que, como visto no capítulo anterior, não foi acolhida por nosso ordenamento jurídico. Além disso, desconsiderar a existência de tal excludente faria com que terceiros, não conectados diretamente ao dano ambiental, não tivessem motivos para adotar medidas de precaução e cautela na concessão de crédito, nos termos expostos acima, pois, inevitavelmente, o financiamento estaria ligado ao dano.

Por fim, cumpre analisar a questão da solidariedade entre poluidores diretos e indiretos, que também não foge à regra daquilo que vem exposto na Lei n. 6.938/1981.

Muito embora já tenha sido bastante exposto que há, sim, diferenciações entre poluidores diretos e indiretos, pode-se afirmar que se considera solidariamente responsável o indireto que contribua com “circunstâncias que concorrem para o agravamento do dano, mas que não têm a virtude de excluir o nexo causal desencadeado pela conduta principal, nem de, por si só, produzir o dano” (CAVALIERI FILHO, 2012, p. 62). Ou seja, a conduta do indireto pode contribuir para a configuração do dano, respondendo solidariamente por sua ocorrência.

Demonstra-se, desse modo, que a solidariedade persiste mesmo quando se analisa a relação de poluidor direto com poluidor indireto, com o diferencial de que ela é condicionada à demonstração do nexo de causalidade entre a atividade do poluidor indireto e o risco criado.

Quando as instituições financeiras descumprirem com deveres de controle de riscos inerentes à exclusão de sua responsabilidade elas se enquadram na categoria de poluidores indiretos e, portanto, não há como não responsabilizá-las solidariamente.

Ademais, como nas hipóteses lembradas por Juliana Santilli – que serão analisadas no restante desse trabalho – casos há em que existe previsão expressa da

corresponsabilidade do financiador “pelas consequências advindas de atividades e projetos por ele financiados” (*in* BENJAMIN; MILARÉ, 2001, p. 138).

Destaca-se, derradeiramente, que, posto que haja possibilidade de o agente financiador se eximir da responsabilidade civil ambiental, isso em nada viola todos os princípios básicos que regem esse instituto. Pelo contrário. A internalização das externalidades negativas e a adoção de medidas preventivas são sua melhor contribuição para colocar em prática o dever constitucional de velar pela tutela do meio ambiente. Somente assim haverá incentivo suficiente para que o possível poluidor indireto faça investimentos em medidas de precaução e controle de riscos que impeçam sua classificação como causador indireto do dano.

2.4 FINANCIAMENTO E RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL: A RESPONSABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DIANTE DE DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS POR EMPREENDIMENTOS POR ELAS FINANCIADOS

Conforme se procurou introduzir essa questão ao longo do texto já exposto, as instituições financeiras, consideradas possíveis poluidoras indiretas, podem ser responsabilizadas solidariamente com os agentes financiados por danos causados ao meio ambiente.

No entanto, foi visto também que a responsabilidade dos financiadores que se enquadram na categoria de causadores indiretos guarda particularidades quando comparada à responsabilidade do poluidor direto, para a qual vem sendo amplamente utilizada a teoria do risco integral.

Além disso, viu-se também que nem sempre a instituição financeira será poluidora indireta, pois não há nexo entre a ação do agente financiador e a criação de riscos quando ele cumpre todos os deveres de controle de riscos, os quais, esses sim, podem causar um dano ao meio ambiente, mas não o financiamento. Sem riscos, não há o vínculo necessário para a responsabilização civil, pois a instituição financeira sequer se encaixa como poluidora indireta.

Destarte, por possuir essas diferenciações necessárias ao cumprimento do real objetivo da responsabilidade civil ambiental, sendo possível existirem excludentes que quebram o nexo de causalidade entre o financiamento e o dano ambiental decorrente da atividade financiada, passar-se-á a explorar os deveres de cuidado a serem observados por

instituições financeiras a fim de impedir a configuração do liame causal entre sua atividade e a criação de riscos, bem como seu consequente enquadramento enquanto poluidor indireto.

2.4.1 O dever legal das Instituições Financeiras Públicas e Privadas

A Lei que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente não deixou passar despercebido o importante papel desenvolvido pelas instituições financeiras na relação com o meio ambiente (SANTILLI *in* BENJAMIN; MILARÉ, 2001, p. 133).

Nesse sentido, o legislador de 1981 foi bastante expresso ao impor às instituições financeiras públicas o dever de exigir do financiado a apresentação de licença ambiental e fazer constar dos projetos a realização de obras e aquisição de equipamentos destinados ao controle da degradação ambiental e à melhoria da qualidade de vida (artigo 12 da Lei n. 6.938/1981³⁵).

O comando do dispositivo foi reiterado no decreto regulamentador da Política – artigo 23 do Decreto n. 99.274/1990³⁶ – o qual também acrescentou que:

Art. 19 [...]:

§ 3º Iniciadas as atividades de implantação e operação, antes da expedição das respectivas licenças, os dirigentes dos Órgãos Setoriais do Ibama deverão, sob pena de responsabilidade funcional, comunicar o fato às entidades financiadoras dessas atividades, sem prejuízo da imposição de penalidades, medidas administrativas de interdição, judiciais, de embargo, e outras providências cautelares.

Para Vianna,

Esses dispositivos, em seu conjunto, impõem às instituições financeiras [públicas] duas obrigações básicas. A primeira condiciona a liberação de recursos à apresentação do licenciamento. A segunda, e talvez a mais importante, condiciona o financiamento ao cumprimento das normas administrativas ambientais (VIANNA, 2004, p. 163).

Sendo assim, pela simples análise desses dispositivos, fica claro que desde a década de 1980 já se previa a responsabilização das instituições financeiras públicas de “observância das normas ambientais, assumindo particular importância a exigência legal do

³⁵ Lei n. 6.938/1981, Art 12 - *As entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma desta Lei, e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo CONAMA.*

Parágrafo único - As entidades e órgãos referidos no "caput" deste artigo deverão fazer constar dos projetos a realização de obras e aquisição de equipamentos destinados ao controle de degradação ambiental e à melhoria da qualidade do meio ambiente.

³⁶ Decreto n. 99.274/1990, Art. 23. *As entidades governamentais de financiamento ou gestoras de incentivos, condicionarão a sua concessão à comprovação do licenciamento previsto neste decreto.*

licenciamento ambiental, previsto no art. 10 da mesma lei³⁷ [...]” (SANTILLI *in* BENJAMIN; MILARÉ, 2001, p. 133).

No entanto, é importante que se diga, a lei que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente não foi a pioneira nesse aspecto. Na verdade, um ano antes de ela ser editada, a Lei n. 6.803/1980 – que dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição – já previa que “os órgãos e entidades gestores de incentivos governamentais e os bancos oficiais condicionarão a concessão de incentivos e financiamentos às indústrias, inclusive para participação societária, à apresentação da licença”³⁸.

Como ficou registrado na redação de ambos os dispositivos legais, os deveres neles expressos somente podem ser cobrados de instituições financeiras públicas, ficando excluídas de sua abrangência as instituições financeiras privadas.

Outrossim, seguindo essa mesma sistemática, mas, dessa vez, inserindo também as instituições financeiras privadas, podem ser citadas ainda a Lei n. 11.105/2005 e a Resolução CNM Bacen n. 3.545/2008.

A primeira se trata da lei que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados. O texto do § 4º do artigo 2º da Lei n. 11.105/2005 estabelece que “as organizações públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, financiadoras ou patrocinadoras de atividades ou de projetos referidos no *caput* deste artigo devem exigir a apresentação de Certificado de Qualidade em Biossegurança, emitido pela CTNBio³⁹, sob pena de se tornarem co-responsáveis pelos eventuais efeitos decorrentes do descumprimento desta Lei ou de sua

³⁷ Lei n. 6.938/1981, Art. 10. *A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.*

³⁸ Lei n. 6.803/1980, Art. 12. *Os órgãos e entidades gestores de incentivos governamentais e os bancos oficiais condicionarão a concessão de incentivos e financiamentos às indústrias, inclusive para participação societária, à apresentação da licença de que trata esta Lei.*

Parágrafo único. Os projetos destinados à realocação de indústrias e à redução da poluição ambiental, em especial aqueles em zonas saturadas, terão condições especiais de financiamento, a serem definidos pelos órgãos competentes.

³⁹ A CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – é uma instância colegiada multidisciplinar, criada através da lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, cuja finalidade é prestar apoio técnico consultivo e assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a OGM, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e pareceres técnicos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados. Disponível em <www.ctnbio.gov.br>. Acesso em 04/11/13.

regulamentação”. Ou seja, impõe aos financiadores públicos e privados o dever de exigir a apresentação do referido certificado como condição para o financiamento de atividades e projetos que envolvam organismos geneticamente modificados.

Já a segunda, trata-se de Resolução do Conselho Monetário Nacional que estabelece como condição para o financiamento agropecuário no Bioma Amazônia a apresentação de uma lista de documentos comprobatórios de regularidade ambiental, entre eles “licença, certificado, certidão ou documento similar comprobatório de regularidade ambiental, vigente, do imóvel onde será implantado o projeto a ser financiado, expedido pelo órgão estadual responsável”⁴⁰.

Essa resolução, embora relativamente recente, não se trata de uma novidade no Banco Central, visto que desde o advento da Lei n. 6.938/1981 o Conselho Monetário Nacional se manifestou em diversas oportunidades “sobre questões de controle ambiental, dentro das condições específicas de concessão de crédito” (ANTUNES, 2012, p. 302)⁴¹.

Assim, sabido que para aplicação da responsabilidade, exige-se que o indireto seja responsável pela criação do risco, no caso da instituição financeira que se omite em exigir as comprovações de quitação ambiental com a autoridade competente antes de financiar determinado empreendimento, por exemplo, ela não realiza o *due diligence* necessário para evitar a criação de riscos e não contribui com a internalização do custo da precaução. Nesse

⁴⁰ Resolução CMN Bacen n. 3.545/2008, Art. 1º [...] “12 - Obrigatoriamente a partir de 1º de julho de 2008, e facultativamente a partir de 1º de maio de 2008, a concessão de crédito rural ao amparo de recursos de qualquer fonte para atividades agropecuárias nos municípios que integram o Bioma Amazônia, ressalvado o contido nos itens 14 a 16 do MCR 2-1, ficará condicionada à:

a) apresentação, pelos interessados, de:

I - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR vigente; e

II - declaração de que inexistem embargos vigentes de uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel; e

III - licença, certificado, certidão ou documento similar comprobatório de regularidade ambiental, vigente, do imóvel onde será implantado o projeto a ser financiado, expedido pelo órgão estadual responsável; ou

IV - na inexistência dos documentos citados no inciso anterior, atestado de recebimento da documentação exigível para fins de regularização ambiental do imóvel, emitido pelo órgão estadual responsável, ressalvado que, nos Estados onde não for disponibilizado em meio eletrônico, o atestado deverá ter validade de 12 (doze) meses;

b) verificação, pelo agente financeiro, da veracidade e da vigência dos documentos referidos na alínea anterior, mediante conferência por meio eletrônico junto ao órgão emissor, dispensando-se a verificação pelo agente financeiro quando se tratar de atestado não disponibilizado em meio eletrônico; e

c) inclusão, nos instrumentos de crédito das novas operações de investimento, de cláusula prevendo que, em caso de embargo do uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel, posteriormente à contratação da operação, nos termos do § 11 do art. 2º do Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, será suspensa a liberação de parcelas até a regularização ambiental do imóvel e, caso não seja efetivada a regularização no prazo de 12 (doze) meses a contar da data da autuação, o contrato será considerado vencido antecipadamente pelo agente financeiro”.

⁴¹ Exemplo disso são as Circulares n. 736/1982, 1.268/1987, 1.351/1988 e 1.840/1991. Sobre o assunto, ver a obra de ANTUNES, 2011, p. 301.

caso, ela se enquadra no conceito do poluidor indireto e é solidariamente responsável pelos danos ambientes eventualmente ocorridos.

Em razão do que vem expressamente disposto nas normas citadas, somente as duas últimas – Lei n. 11.105/2005 e Resolução CMN Bacen n. 3.545/2008 – são aplicáveis também às instituições privadas. As outras duas, como visto, restringem sua extensão às instituições oficiais (MILARÉ, 2013, p. 443).

Contudo, há opiniões divergentes sobre o assunto.

Segundo Paulo Affonso Leme Machado, “as obrigações das instituições financeiras públicas para com o meio ambiente devem ser estendidas às instituições privadas, pois não podem se isolar setores do sistema financeiro seja nacional, seja internacional” (MACHADO, 2011, p. 362).

Alexandre Lima Raslan compartilha da mesma ideia. Para ele,

a abrangência das regras de responsabilidade civil por dano ambiental não encontra restrição relacionada com a natureza pública ou privada, nacional ou estrangeira ou internacional, das pessoas físicas ou jurídicas que atuem na atividade econômica ou financeira (RASLAN, 2012, p. 217).

No entanto, há que se ressaltar que há uma completa ausência de previsão legal nesse sentido, não sendo possível, em tese, impor às instituições privadas os deveres das instituições oficiais nos mesmos moldes elencados nos dispositivos legais mencionados anteriormente.

Todavia, as instituições públicas e privadas possuem deveres que derivam do próprio sistema instituído pela Constituição da República e, nesse sentido, todas devem cumprir com seu dever de cuidado perante o meio ambiente e não dispender recursos em empreendimentos que não demonstrem sua adequação às normas ambientais.

Interessante registrar também o dever do financiado nessas ocasiões. Por expressa previsão legal, aquele que não atender às exigências expostas anteriormente, que condicionam a concessão do crédito e servem como mecanismos de avaliação e gerenciamento de riscos ambientais, fica sujeito à perda dos incentivos financeiros concedidos pelas instituições oficiais⁴², sendo que a suspensão de participação em financiamentos pode ser declarada pela própria autoridade administrativa (SANTILLI *in* BENJAMIN; MILARÉ, 2001, p.135-137).

⁴² Lei n. 6.938/1981, Art 14 - *Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos*

Tendo em vista todo o exposto, passaremos agora a verificar em quais hipóteses não se configura o nexo causal entre o financiamento e a criação de riscos capazes de culminar no dano ambiental.

2.4.2 Os requisitos gerais para a não configuração do nexo causal entre a atividade da instituição financeira e o dano ambiental

De acordo com o que já foi introduzido em oportunidade anterior, o liame causal entre o financiamento e o dano ao meio ambiente somente é estabelecido quando os financiadores deixam de condicionar o financiamento “à comprovação do licenciamento ambiental e demais autorizações necessárias para a implantação e operação do empreendimento” (MILARÉ, 2013, p. 447).

Decorre daí a interpretação de que o nexo de causalidade do poluidor indireto é definido por um ato, comissivo ou omissivo, do financiador e a criação de um risco que pode gerar um dano.

Conforme ressalta Bessa Antunes,

as instituições financeiras, ao concederem os créditos para investimentos em projetos industriais, agrícolas e outros, necessariamente, devem considerar a variável ambiental como um potencial elemento de risco para os seus negócios. Quanto maior o risco ambiental, maior o risco do investimento. Inversamente, se os riscos ambientais forem reduzidos, menos serão os riscos financeiros do negócio (ANTUNES, 2012, p. 300).

Assim, também por interesses diferentes da proteção ao meio ambiente, verifica-se haver um dever de cautela para controle de riscos que deve ser observado pelas instituições financeiras sob pena de, no caso de isso não ocorrer, responderem solidariamente pelos danos ambientais ocasionados pelo empreendimento.

De fato, tomando essas cautelas, os agentes financiadores internalizam o custo de prevenção e rompem o liame causal entre seu comportamento e o risco de financiamento de atividade não licenciada ou sem as comprovações de regularidade ambiental. De tal maneira, não criam riscos que podem gerar um dano ao meio ambiente.

Para tanto, o agente financiador terá que conferir se a atividade passou por licenciamento ambiental e se a licença emitida cumpre as exigências legais. Isso porque o procedimento de licenciamento ambiental e a documentação comprobatória de regularização ambiental são responsáveis pela avaliação e gestão de riscos ambientais e prescindir deles ao

causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores: [...]III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

financiar uma atividade potencialmente poluidora é uma forma de contribuir para a criação de um risco (MILARÉ, 2013, p. 448).

A fim de dar maior efetividade ao cumprimento dessas exigências, Santilli considera também que

as instituições financiadoras deverão conhecer as competências dos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, bem como avaliar, em cada caso concreto qual a licença ambiental a ser exigida de empreendimentos que pretendam se beneficiar de créditos e incentivos oficiais (*in* BENJAMIN; MILARÉ, 2001, p. 134).

Inversamente, quando a instituição financeira não cumpre seu papel de internalização de risco, os agentes financiadores têm uma conduta potencialmente lesiva ao meio ambiente. No caso de a lesão se concretizar, encaixam-se perfeitamente na qualidade de infratores, de modo que a responsabilidade os alcançará nos termos do § 3º do artigo 225 da Constituição da República (REIS *in* SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 475).

Em caso de assumir a condição de infratora, tem-se apenas a necessidade de se provar violação de dever jurídico que seja causador de um risco que, por sua vez, leve à ocorrência de um dano para que a instituição financeira seja responsabilizada, pois nesses casos é que é possível “vislumbrar a ligação entre o agente financiador [...] e a degradação ambiental decorrente das atividades financiadas” (REIS *in* SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 475).

Antes de adentrar em outro aspecto da responsabilização civil ambiental das instituições financeiras, importante fazer referência a um importante meio do qual nosso ordenamento jurídico dispõe para impedir a concessão de crédito a empreendimentos que não estejam de acordo com as normas ambientais. Trata-se da ação civil pública, regulamentada pela Lei n. 7.347/1985.

Através desse instrumento processual, todos aqueles que integram o rol de legitimados a propor uma ação civil pública⁴³ - dentre eles o Ministério Público e associações que incluam entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente – podem buscar

⁴³ Lei n. 7.347/1985, Art. 5º *Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:*

I - o Ministério Público;

II - a Defensoria Pública;

III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;

V - a associação que, concomitantemente:

a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;

b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

judicialmente o impedimento de um financiamento a atividade ou obra que não estejam sendo submetidas à legislação ambiental (SANTILLI *in* BENJAMIN; MILARÉ, 2001, p. 137).

Santilli lembra ainda que “a ação civil pública pode ser intentada não contra o responsável direto pelo empreendimento [...] como também contra a instituição financeira que o financiou” (*in* BENJAMIN; MILARÉ, 2001, p. 138). A título de exemplo, Bessa Antunes traz caso em que o Ministério Público do Pará ajuizou diversas ações civis públicas “para examinar se o crédito rural concedido atendia às determinações legais” (ANTUNES, 2012, p. 300).

Depois de ter brevemente abordado esse ponto, será explorada no tópico seguinte a questão atinente aos limites da responsabilidade civil ambiental das instituições financeiras.

2.4.3 Os limites da responsabilidade civil ambiental das instituições financeiras

Foi possível visualizar diante do que foi até aqui exposto que a responsabilidade civil ambiental dos agentes financiadores guarda certas particularidades em relação à responsabilidade dos poluidores diretos.

Como visto, indiscutível que no ato que imediatamente precede o licenciamento as instituições financeiras possuem uma série de deveres a serem observados quando da celebração do contrato e disponibilização do crédito.

Todavia, dúvidas pairam na doutrina acerca da possibilidade de limitações da responsabilidade desses poluidores indiretos quando analisadas diferentes fases do contrato de financiamento.

Compartilhando da ideia de que a responsabilidade civil ambiental dos agentes financiadores por danos causados pelas atividades por eles financiadas é limitada, Ana Luci Esteves Grizzi *et al.* lecionam que ela deve ser “estipulada quantitativa e temporalmente, circunscrita ao valor concedido em financiamento e à vigência do contrato de financiamento” (GRIZZZI *et al.*, 2003, p. 53).

Em contrapartida a esse posicionamento, Alexandre Lima Raslan defende o entendimento de que a simples promessa e compromisso de atendimento das obrigações condicionantes do financiamento não são o suficiente para que as instituições financeiras se eximam de seus deveres perante o meio ambiente. Para ele, mesmo durante a vigência do contrato de financiamento, os financiadores devem garantir que os financiados controlem a degradação ambiental e contribuam para com a melhoria da qualidade do meio ambiente.

Nesse sentido, a seguinte passagem da obra do autor:

E é de ressaltar que o cumprimento de *standards* fixados pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), por exemplo, e as expressões “controle” e “melhoria” reclamam permanente atuação, tanto durante a vigência do contrato de mútuo quanto depois de extinta a relação entre mutuante e mutuário por quitação ou rescisão contratual (RASLAN, 2012, p. 248).

Ressalta-se que com seu discurso Raslan vai ainda mais longe, uma vez que adentra no entendimento de que a responsabilidade das instituições financeiras perdura não somente durante a vigência do contrato de financiamento, mas também após sua quitação ou rescisão, impondo uma permanente obrigação do financiador.

Grizzi *et al.*, todavia, defendendo seu posicionamento anteriormente exposto, consideram que a responsabilidade ilimitada das instituições financeiras acarretaria consequências negativas ao sistema financeiro nacional e, principalmente, não contribuiriam positivamente na prevenção de danos e controle de riscos ao meio ambiente, aproximando-se dos efeitos decorrentes da adoção da responsabilidade civil calçada na teoria do risco integral. Nesse sentido, veja-se:

A retração do setor financeiro e a impossibilidade de se conceder créditos em função da responsabilidade civil ambiental ilimitada do financiador acarretaria consequências em cadeia, quais sejam, retração econômica generalizada e todos os indesejáveis problemas sociais daí decorrentes. Dessa forma, ao invés de progredirmos em direção ao desenvolvimento sustentável, estaremos retroagindo e criando uma reação econômica totalmente desfavorável e que vai de encontro aos preceitos da legislação ambiental brasileira (GRIZZI *et al.*, 2003, p. 54/55).

Seja pela razão que for, fato é que o legislador não prevê a permanência ilimitada da responsabilidade das instituições financeiras quando inexistente o nexo de causalidade entre o financiamento e a criação de riscos que culminam em um dano ao meio ambiente.

Ou seja, por completa ausência de imposição legal que faça com que os deveres da instituição financeira consistam também na fiscalização dos empreendimentos por elas financiados, o financiador não tem obrigação de fiscalizar a execução do empreendimento, e, portanto, se o dano ocorrer, ele não tinha, de direito, o dever de evitá-lo.

Caso assim não se reconheça – e, consequentemente, acredite-se que mesmo em fases supervenientes àquela em que poderia ter sido criado o risco e o decorrente nexo de causalidade, como durante toda a vigência do financiamento ou, de maneira mais extremista, durante toda a vida do empreendimento, perdura a responsabilidade solidária dos agentes

financiadores – estaríamos perante uma pretensa transferência de poder de polícia dos órgãos ambientais. É esse o entendimento de Édis Milaré, que assevera:

não há como se determinar que a instituição financeira fiscalize *in loco* o empreendimento ou a atividade por ela financiada. Afinal, o poder de polícia é atividade estatal indelegável, o que impede que uma instituição financeira crie um setor de fiscalização que pretenda avaliar *pari passu* o processo de licenciamento ambiental, inclusive indo a campo para averiguar a adequação das atividades executadas com os seus recursos. Em outros termos, ao mesmo tempo em que isso seria uma total transferência do encargo do poder de polícia estatal às instituições financeiras, entendemos de duvidosa juridicidade uma exigência dessa natureza (MILARÉ, 2013, p. 448).

Bessa Antunes também alerta que é preciso ter cuidado com essa transferência do poder de polícia para o agente financeiro, visto que, ressalta-se, esse papel de fiscalização não é da atribuição dessas instituições (ANTUNES, 2012, p. 302).

O poder de polícia, com efeito, é definido por José dos Santos Carvalho Filho como “a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade” (CARVALHO FILHO, 2012, p. 75, grifei). Nessa definição, notadamente, a instituição financeira não se encaixa.

Some-se a essa falta de atribuição a impossibilidade de exigir do financiador um controle técnico dos padrões ambientais autorizados na licença, ato com presunção de veracidade, visto que este também é de competência dos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais (YOSHIDA *in* OLIVEIRA; SAMPAIO, 2012, p. 125) e não de particulares que, além de tudo, exercem atividades completamente alheias à técnica demandada por empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental.

Por fim, a última limitação que será analisada nesse trabalho diz respeito à prescritibilidade da responsabilidade civil das instituições financeiras, ou seja, uma limitação financeira que, pelo decurso do tempo, exclui os agentes financiadores dos responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente.

Raslan considera inadmissível o agasalhamento da prescrição nessa seara vez que defende a “irrenunciabilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade dos direitos fundamentais e, especificamente, do direito humano fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (RASLAN, 2012, p. 265). Para ele, considerar a prescrição da responsabilidade do poluidor indireto seria o mesmo que admitir a prescritibilidade dos danos ao meio ambiente.

No entanto, GRIZZI *et al.* rechaçam expressamente tal conclusão na medida em que não visualizam conexão entre a limitação temporal da responsabilidade civil ambiental das instituições financeiras que não controlaram devidamente os riscos e a (im)prescritibilidade dos danos ambientais. Para os autores, a responsabilidade somente pode ser demandada durante a vigência do contrato de financiamento e os danos ambientais são inquestionavelmente imprescritíveis, podendo ser demandados a qualquer tempo dos responsáveis remanescentes (GRIZZI *et al.*, 2003, p. 51).

Com todo o exposto e em consonância com outras conclusões demonstradas em momentos anteriores, esse trabalho entende prevalecer o entendimento de que há limitações à responsabilidade civil ambiental dos agentes financiadores, a qual, se ignorada, não irá gerar consequências saudáveis, seja ao meio ambiente, seja ao desenvolvimento econômico, na mesma linha do que foi admitido ao longo de todo o texto.

2.5 AS CONDICIONANTES DO CRÉDITO BANCÁRIO E AS INICIATIVAS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Como último assunto a ser abordado nesse trabalho, faz-se questão de destacar as iniciativas voluntárias das instituições financeiras a fim de instrumentalizar e contribuir para com seu dever constitucional de proteção ao meio ambiente.

Atentas a tudo que foi exposto acima, tendo em vista, portanto, que, “além do risco do investimento, as instituições financeiras devem considerar que é crescente a tendência a responsabilizar os agentes financeiros por danos causados pelos mutuários” (MILARÉ, 2013, p. 445) e que “podem colaborar para a preservação da qualidade de vida e do meio ambiente ao incluir, no processo de análise e concessão de crédito, quesitos socioambientais” (YOSHIDA *in* OLIVEIRA; SAMPAIO, 2012, p. 132), as instituições financeiras do mundo todo vêm desenvolvendo mecanismos que atribuam padrões objetivos a serem seguidos pelos mutuários em decorrência da celebração de contratos de financiamento.

Acerca das iniciativas que surgiram no cenário global, pode-se apontar como ponto de partida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada na Suécia em 1972 e já referenciada no primeiro capítulo desse trabalho.

Foi no âmbito da Declaração de Estocolmo, formulada nesse encontro, que recursos financeiros, meio ambiente e desenvolvimento econômico foram aproximados e, nesse mesmo sentido, assim fez a Declaração do Rio vinte anos mais tarde (RASLAN, 2012,

p. 141). Com tudo isso, uma tendência generalizada de preferência por empresas socialmente responsáveis e, conseqüentemente, preparadas para enfrentar riscos foi difundida.

Nesse contexto, com atitudes voluntárias – e facultativas por ausência de dever legal em executá-las – as instituições financeiras fazem de sua posição centralizadora do mercado um eficiente auxílio para que imponha aos financiados um dever contratual de internalizar os deveres legais que o regime jurídico ambiental já lhes impõe. São espécies de acordos nacionais e internacionais que estabelecem padrões de exigências de natureza ambiental associadas aos financiamentos. É o que será visto agora.

Sem querer desmerecer todas as iniciativas internacionais que surgiram nos últimos anos⁴⁴, esse trabalho optou por abordar somente os chamados Princípios do Equador, por sua incorporação cada vez maior pelas instituições financeiras.

Setenta e oito instituições financeiras⁴⁵, dentre elas os brasileiros Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Itaú Unibanco, fazem parte dessa iniciativa de bancos privados que remonta aos idos de 2003, contando com a participação ativa da *International Finance Corporation - IFC* (braço privado de investimento do Banco Mundial) para adotar melhores práticas na avaliação e gestão dos riscos ambientais em contratos de financiamento de no mínimo 10 milhões de reais.

Raslan destaca o importante papel dos Princípios do Equador em sua obra, resumida na seguinte passagem de sua autoria:

Para projetos financiados com suporte nos Princípios do Equador, as instituições financeiras avaliam o risco e recomendam proporcionalmente que o mutuário adote medidas ou práticas inibitórias, preventivas, mitigadoras ou compensadoras dos impactos ambientais, o que permite que o desempenho ambiental das empresas seja aprimorado com uma estreita relação com os órgãos ambientais licenciadores e fiscalizadores. Além disso, aponta como fundamental que as instituições financeiras criem departamentos especializados em meio ambiente, devidamente estruturados, que se dediquem à análise dos aspectos ambientais dos projetos financiados (RASLAN, 2012, p. 146).

Ou seja, mais do que uma mera declaração de princípios voluntários, os princípios servem para que os agentes financiadores signatários dos Princípios do Equador recusem financiamentos a projetos nos quais o pretense mutuário não esteja disposto ou apto a cumprir com as diretrizes socioambientais trazidas no documento.

⁴⁴ Sobre as iniciativas internacionais conferir a obra de Alexandre Lima Raslan (RASLAN, 2012, p. 142-146).

⁴⁵ Disponível em <<http://www.equator-principles.com>>. Último acesso em 11/11/2013.

Foi esse um dos motivos pelos quais Consuelo Yoshida atestou que “os Princípios do Equador, por meio de suas diretrizes sociais e ambientais reconhecidas mundialmente, tornam-se um instrumento valioso para a sociedade e as instituições financeiras” (*in* OLIVEIRA; SAMPAIO, 2012, p. 132).

Já no cenário nacional e atinente às principais entidades públicas de financiamento, tais como o BNDES, surgiu como iniciativa o chamado Protocolo Verde, tendo sido firmado em 1995 entre instituições financeiras públicas e o Ministério do Meio Ambiente.

Esse documento se presta ao detalhamento das atribuições legais previstas de forma genérica e, nesse contexto, as instituições públicas se comprometem a levar em consideração os impactos e custos socioambientais na gestão de ativos e nas análises de risco de clientes e de projetos de investimento (REIS *in* SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 474). Ou seja, muito se aproxima da diretriz geral adotada pelos signatários dos Princípios do Equador.

Anos mais tarde, já em 2009, outro Protocolo Verde de igual teor foi firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), ampliando sua aplicabilidade também às instituições privadas de financiamento nacionais (REIS *in* SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 474).

Considerando as iniciativas mencionadas e tantas outras que existem e tendem a surgir, acredita-se que esses acordos, quando celebrados de forma válida, assim como a legislação, estabelecem critérios a serem seguidos pelas instituições financeiras.

Antonio Augusto Rebello Reis é partidário desse entendimento, no que pondera ser

possível e razoável sustentar que, ao deixar de observar os critérios previstos na legislação e nos acordos regularmente firmados, os agentes financiadores atuam como infratores e que, nessa condição, suas condutas serão consideradas lesivas ao meio ambiente (*in* SAMPAIO *et al.*, 2011, p. 475).

Portanto, em caso de inobservância do dever legal ou consensual, pode-se vislumbrar a responsabilidade dos agentes financiadores, visto que existente o nexo de causalidade entre o descumprimento de requisitos legais ou voluntários e a degradação ambiental oriunda das atividades financiadas. Em ambos os casos, todas as conclusões expostas durante o trabalho consideram-se aplicáveis.

Por outro lado, necessário reconhecer também que com a adoção das medidas voluntárias as instituições financeiras estão devidamente internalizando o custo do controle do

risco ambiental e, nessa medida, tal prática deve ser reconhecida como excludente do nexo de causalidade entre a obrigação legal e/ou voluntária e a criação de riscos que podem gerar danos ao meio ambiente, indo ao encontro do que se buscou defender ao longo desse trabalho.

CONCLUSÃO

O amparo legal ao meio ambiente é fenômeno razoavelmente recente na história do Brasil. Apenas nas últimas décadas do século XX é que o direito ao meio ambiente ganhou relevo no ordenamento jurídico brasileiro, culminando-se na Constituição de 1988.

Com efeito, o artigo 225 da Carta Maior dá ao meio ambiente o caráter de bem de uso comum do povo e coloca Poder Público e coletividade como responsáveis por sua defesa e preservação para as presentes e futuras gerações. Além disso, referido dispositivo, ao reconhecer o direito ao meio ambiente equilibrado como um direito fundamental, contempla também a responsabilidade ambiental, existente nas esferas administrativa, civil e criminal.

Tomando como objeto de estudo a responsabilidade civil ambiental, percebe-se que o sistema de responsabilização adotado pelo legislador foi o da responsabilidade objetiva, que prescinde da aferição de culpa. Isso porque, atento ao caráter concedido ao meio ambiente e às características peculiares dos danos ambientais, bem como as dificuldades de aferição da culpa dos poluidores ou, até mesmo, a autoria dos danos, o que poderia deixar lesões ao meio ambiente sem reparação, percebeu-se que a responsabilização subjetiva não era a mais adequada.

A responsabilidade civil ambiental insere-se na categoria de responsabilidade civil extracontratual, isto é, que decorre de um dever imposto pela lei, tendo como principal objetivo fazer com que os sujeitos internalizem as externalidades negativas advindas de suas atividades a fim de evitar o dano. Trata-se, assim, de um típico direito de risco.

De acordo com a legislação nacional, as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, por atividade de degradação ambiental são responsáveis pelos danos ambientais a que concorreram, sendo obrigadas solidariamente pela reparação ou indenização do dano.

Portanto, claro está que as instituições financeiras, enquanto financiadoras de empreendimentos ou atividades potencialmente poluidoras, além de revelarem-se importantes pilares para o desenvolvimento econômico, demonstram encaixarem-se no conceito de possíveis poluidoras indiretas e, nessa medida, exercem papel fundamental na prevenção de riscos e desenvolvimento sustentável, principalmente quando visualiza-se o atual contexto de sociedade de risco e de uma economia bastante aquecida no cenário mundial associado aos

comandos constitucionais de promoção de desenvolvimento equilibrado do País e proteção do meio ambiente.

Com efeito, no que tange os agentes financiadores, o financiamento, por si só, é desprovido de potencial poluidor. Portanto, na qualidade de causadores indiretos do dano, o que é necessário é a configuração de ato comissivo ou omissivo específico que crie o risco na atividade exercida pelas instituições financeiras – inexistente de plano – e, com isso, vincule o agente financiador ao dano em decorrência da atividade do financiado.

Para que não se enquadre enquanto poluidor indireto, a instituição financeira que financiou atividade que causou danos ao meio ambiente tem o dever de demonstrar que não causou o risco decorrente de um dever legal de segurança que supostamente a conecta ao evento danoso e, conseqüentemente, transforma a sua atividade em potencialmente causadora de danos.

O que há de ser verificado, então, é se existe nexo de causalidade entre a violação de um dever de cuidado e controle do risco e a criação de riscos que conduzam à efetiva ocorrência do evento danoso.

Logo, quando se impõe ao agente financiador a obrigação de exigir a comprovação da regularidade ambiental mediante apresentação de determinados documentos, pretende-se evitar que o financiador contribua para a criação de riscos. Ao cumprir com a atribuição legal que lhe é imposta, a instituição financeira internaliza na atividade do crédito seu dever de proteção ambiental. Dessa forma, deixa de ser fonte de criação de riscos ambientais e, por isso, rompe o nexo de causalidade com eventual dano ambiental causado pelo poluidor direto, já que sequer pode ser considerada poluidora indireta.

O evento que configura o nexo de causalidade entre a atividade da instituição financeira e o dano é sua conduta em relação às atribuições legais exigidas pelas Leis 6.803/1980, 6.938/1981, 11.105/1995 e Resolução CMN Bacen n. 3.545/2008.

Sendo assim, hipóteses há em que a instituição financeira, mesmo tendo financiado atividades que causaram um dano ambiental posterior ao momento de concessão do crédito, não será responsabilizada solidariamente, visto que pode não se encaixar no conceito de poluidor indireto se demonstrar que não criou os riscos que culminaram na degradação ao meio ambiente.

Esse é o entendimento com o qual a autora desse trabalho se filia após a análise do tema. A justificativa é simples. Caso seja adotado posicionamento radical com relação à

responsabilização civil ambiental das instituições financeiras, admitindo a teoria do risco integral também para o poluidor indireto, nos mesmos moldes em que se faz com o poluidor direto, faria cair por terra os reais propósitos da responsabilização ambiental: a internalização das externalidades negativas, visto que o agente financiador, sem ter controle da atividade financiada, nada poderia fazer para evitar o dano, sendo, no entanto, responsabilizado por ele independentemente de ter observado as cautelas devidas. O ajuste decorrente dessa responsabilidade inafastável seria, inevitavelmente, no preço ou na restrição das atividades de concessão de crédito.

Ademais, importante também que se reconheça haver limitações à responsabilidade civil ambiental dos agentes financiadores, visto que, depois da concessão do crédito e da devida observância de parâmetros de conduta, a instituição financeira não tem, normalmente, formas técnicas, próprias de sua função, capazes de evitar os danos ao meio ambiente ou de fiscalizar a atividade financiada, a não ser a coerção de cancelamento do financiamento na hipótese de o financiado cometer infrações ambientais.

Destarte, a proposta que se sugere é o reconhecimento do caráter positivo das práticas de controle de riscos assumidas pelas instituições financeiras, pois as atribuições legais e voluntárias do financiador têm potencial para influenciar positivamente práticas socioambientais nos diferentes setores da economia. Diante disso, diferenciar os agentes financiadores que estão compromissados dos que não estão, contribui para difusão e fomento de práticas preventivas de controle do risco ambiental, de modo que se coaduna com a exegese do artigo 225 da Constituição de 1988.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Flávio; COUTINHO, Ronaldo. *Cidade, direito e meio ambiente: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- AYALA, Patrick de Araújo; LEITE, José Rubens Morato. *Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- BAHIA, Carolina Medeiros. *Nexo de causalidade em face do risco e do dano ao meio ambiente: elementos para um novo tratamento da causalidade no sistema brasileiro de responsabilidade civil ambiental*. 2012. 377 f. Tese (Doutorado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução 3.545, de 29 de fevereiro de 2008*. Altera o MCR 2-1 para estabelecer exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 17/10/13.
- BENJAMIN, Antônio Herman V.; MILARÉ, Édís (Coords.). *Revista de direito ambiental*. Ano 2. Vol. 5. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- _____. *Revista de direito ambiental*. Ano 3. Vol. 9. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- _____. *Revista de direito ambiental*. Ano 6. Vol. 21. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- _____. *Revista de direito ambiental*. Ano 8. Vol. 32. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- BETIOL, Luciana Stocco. *Responsabilidade civil e proteção ao meio ambiente*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16/09/2013.
- _____. *Decreto 2.681, de 7 de dezembro de 1912*. Regula a responsabilidade civil das estradas de ferro. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20/11/2013.
- _____. *Decreto 99.274, de 6 de junho de 1990*. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30/10/2013.
- _____. *Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916*. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil (Revogada pela Lei 10.406, de 2002). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30/09/2013.

_____. *Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964*. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04/11/2013.

_____. *Lei 4.717, de 29 de junho de 1965*. Regula a ação popular. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30/09/2013.

_____. *Lei 6.803, de 2 de julho de 1980*. Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 06/11/2013.

_____. *Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03/09/2013.

_____. *Lei 7.347, de 24 de julho de 1985*. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30/09/2013.

_____. *Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10/09/2013.

_____. *Lei 11.105, de 24 de março de 2005*. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04/11/2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Acórdão em Recurso Especial n. 1.071.741 / SP*. Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, 24 de março de 2010. Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em: 04/11/2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Acórdão em Recurso Especial n. 650.728/SC*. Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, 23 de outubro de 2007. Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em: 04/11/2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Acórdão em Recurso Especial n. 1.090.968/SP*. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 15 de junho de 2010. Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em: 04/11/2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Acórdão em Recurso Especial n. 1.374.342/MG*. Relator: Ministro Luís Felipe Salomão. Brasília, 10 de setembro de 2013. Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em: 04/11/2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Acórdão em Agravo Regimental no AREsp n. 92.652/PR*. Relator: Ministro Antonio Carlos Ferreira. Brasília, 26 de fevereiro de 2013. Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em: 04/11/2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Acórdão em Embargos de Declaração no Recurso Especial n. 1.346.430/PR*. Relator: Ministro Luís Felipe Salomão. Brasília, 5 de fevereiro de 2013. Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em: 04/11/2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. *Acórdão em Recurso Especial n. 1.114.398/PR*. Relator: Ministro Sidnei Beneti. Brasília, 8 de fevereiro de 2012. Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em: 04/11/2013.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Acórdão em Recurso Extraordinário n. 130.764/PR*. Relator: Ministro Moreira Alves. Brasília, 12 de maio de 1992. Disponível em <www.stf.jus.br>. Acesso em: 21/11/2013.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de Direito Comercial: direito de empresa*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. *Curso de direito civil: obrigações – responsabilidade civil*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DANTAS, Marcelo Buzaglo. *Direito Ambiental de conflitos: o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os casos de colisão com outros direitos fundamentais*. 2012. 462 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

DERANI, Cristiane. *Direito ambiental econômico*. São Paulo: Max Limonad, 1997.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco (Coord.). *Revista Brasileira de Direito Ambiental*. Ano 7. Vol. 28. São Paulo: Fiuzza, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civil*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRIZZI, Ana Luci E.; BERGAMOS, Cintia I.; HUNGRIA, Cynthia F.; CHEN, Josephine E. *Responsabilidade civil ambiental dos financiadores*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

LEAL, Guilherme J.S.; REIS, Antonio Augusto; SAMPAIO, Rômulo S. R. (Orgs.). *Tópicos de Direito Ambiental: 30 anos da Política Nacional do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

LEITE, José Rubens Morato (Coord.). *Dano ambiental na sociedade de risco*. São Paulo: Saraiva, 2012.

MACHADO, Jeanne da Silva. *A solidariedade na responsabilidade civil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 19 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

MILARÉ, Édís. *Direito do ambiente*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

OLIVEIRA, Carolina Costa de; SAMPAIO, Rômulo Silveira da Rocha (Orgs.). *Instrumentos jurídicos para a implementação do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: FGV, Direito Rio, Programa em Direito e Meio Ambiente, 2012.

OLIVEIRA FILHO, Ari Alves de. *Responsabilidade civil em face dos danos ambientais*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972*. Disponível em <<http://www.onu.org.br>>. Acesso em: 30/09/2013.

_____. *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Disponível em <<http://www.onu.org.br>>. Acesso em: 02/10/2013.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade civil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

_____. *Instituições de Direito Civil: Contratos*. 3. vol. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

PETEFFI DA SILVA, Rafael. *Responsabilidade Civil pela Perda de uma Chance*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RASLAN, Alexandre Lima. *Responsabilidade civil ambiental do financiador*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

RODRIGUES, Silvio. *Direito civil: responsabilidade civil*. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil: da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Danny Monteiro da. *Dano Ambiental e sua Reparação*. Curitiba: Juruá, 2006.

SILVA, Romeu Faria Thomé da. *Manual de direito ambiental*. Salvador: Juspodivm, 2011.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. *Responsabilidade civil ambiental: as dimensões do dano ambiental no direito brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

STOCO, Rui. *Tratado de Responsabilidade Civil: doutrina e jurisprudência*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

TARTUCE, Flávio. *Direito civil: direito das obrigações e responsabilidade civil*. 7. ed. São Paulo: Método, 2012.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: responsabilidade civil*. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIANNA, José Ricardo Alvarez. *Responsabilidade civil por danos ao meio ambiente: à luz do novo Código Civil*. Curitiba: Juruá, 2004.